

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. -
INVEPAR Relatório de Revisão do Auditor Independente
acompanhado das Informações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2017



Índice

	Página
Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias	3
Informações Contábeis Intermediárias	7
Notas explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias para o período findo em 31 de março de 2017	14

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (“Companhia”)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Conforme mencionado na Nota explicativa 8, a Companhia possui investimento na Concessionária Rota do Atlântico S.A. – CRA e Concessionária Bahia Norte S.A. – CBN (“Investidas”), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, que está sendo objeto de investigação conduzida no contexto da sua acionista Odebrecht Transport S.A.. Em decorrência disso, os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis das investidas, para o período findo em 31 de março de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram concluídos até a presente data. Conseqüentemente, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao valor desses investimentos cujos saldos, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 141.716 mil e R\$ 142.091 mil, respectivamente e o resultado negativo de equivalência patrimonial por eles produzidos no valor de R\$ 375 mil para o período findo em 31 de março de 2017.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelo efeitos, não apurados, do assunto descrito na seção na “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para as Notas explicativas nº 1a, 13 e 14 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia apresenta, no consolidado, passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$2.407.138 mil, causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$2.985.101 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito nas Notas explicativas nº. 1a, 13 e 14 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que inclui informações referentes à fatos sob investigação envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações “Lava Jato” e “Greenfield”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado.

Procedimento arbitral em controlada

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 25 às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART (controlada da Companhia), em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. No momento, os advogados da CART não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, procedimento este, que somente poderá ser efetuado, caso seja realmente instituída a arbitragem e somente com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso da arbitragem.

Redução ao valor recuperável do ativo (“Impairment”) - Concessionária BR-040 S.A. – VIA 040

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 8.o às informações contábeis intermediárias, onde a Administração da Concessionária BR-040 S.A. – VIA 040 (“Concessionária”) informa que efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Medida Provisória 752, de 24 de novembro de 2016. Tal premissa tem como entendimento a recuperabilidade dos montantes investidos pela Concessionária até o momento da referida relicitação e considera o progresso das discussões e tramitações em torno da conversão em Lei da Medida Provisória 752.

Reapresentação de informações contábeis intermediárias correspondentes

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 24 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em decorrência do registro de certos ativos como “disponível para venda e operação descontinuada”, a Companhia ajustou e está reapresentando as demonstrações individual e consolidada do resultado correspondente para fins de comparação, de acordo com CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro” e a IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes,



de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outro auditor independente, cujo relatório datado em 13 de maio de 2016 não conteve modificação, com ênfases sobre a continuidade operacional da Companhia, eventos subsequentes relativos ao depósito do passivo da concessão do serviço público, Investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionista e partes relacionadas e reapresentação de certas informações contábeis intermediárias correspondentes.

Rio de Janeiro, 11 maio de 2017.

A handwritten signature in blue ink that reads "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - SP

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	95	7.391	175.556	196.372
Aplicações financeiras	4	370.902	458.551	625.431	566.198
Contas a receber	5	-	-	297.704	302.784
Estoques		-	-	67.140	58.289
Tributos a recuperar	6.a	9.727	9.472	73.323	86.832
Adiantamentos		358	92	27.474	39.539
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	8.100	9.335	-	-
Partes relacionadas	7	25.047	16.421	26	1.495
Outros		505	3.083	8.527	20.874
Total do ativo circulante		<u>414.734</u>	<u>504.345</u>	<u>1.275.181</u>	<u>1.272.383</u>
Ativos referentes a operação descontinuada	8 e 25	1.049	1.811	3.471	8.698
TOTAL		<u>415.783</u>	<u>506.156</u>	<u>1.278.652</u>	<u>1.281.081</u>
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	134.727	126.741
Contas a receber	5	-	-	46.134	47.773
Tributos a recuperar	6.a	-	-	445.663	450.176
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	196.691	191.949
Partes relacionadas	7	140.723	134.803	100.975	97.160
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	11.075	11.075	-	-
Depósitos judiciais	15	200	200	75.935	75.344
Outros		-	322	16.065	17.271
Investimentos	8	3.343.078	3.293.762	378.271	384.062
Imobilizado	10	1.522	1.651	1.114.586	1.127.298
Intangível	11	22.517	22.610	21.699.252	21.783.029
Total do ativo não circulante		<u>3.519.115</u>	<u>3.464.423</u>	<u>24.208.299</u>	<u>24.300.803</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.934.898</u>	<u>3.970.579</u>	<u>25.486.951</u>	<u>25.581.884</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	4.745	4.341	204.612	254.776
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.485.730	1.337.684
Debêntures	13	-	-	229.271	231.789
Tributos a recolher	6.c	399	1.240	49.093	73.679
Obrigações com empregados e administradores		21.141	17.126	127.577	114.367
Concessão de serviço público	14	-	-	1.270.100	1.251.796
Adiantamentos de clientes		-	-	125.227	150.068
Provisão para manutenção		-	-	1.483	1.194
Partes relacionadas	7	1.568	1.568	8.666	8.666
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	-	-	28.801	42.071
Receita diferida		-	-	19.830	19.927
Outros		-	-	131.929	140.754
Total do passivo circulante		<u>27.853</u>	<u>24.275</u>	<u>3.682.319</u>	<u>3.626.771</u>
Passivos referentes a operação descontinuada	8 e 24	-	-	2.422	6.887
TOTAL		<u>27.853</u>	<u>24.275</u>	<u>3.684.741</u>	<u>3.633.658</u>
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	-	-	5.590	5.785
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	3.751.583	3.916.928
Debêntures	13	406.198	390.960	3.058.622	3.067.946
Tributos a recolher	6.c	-	-	12.926	13.068
Impostos diferidos passivos	6.b	-	-	209.408	219.591
Concessão de serviço público	14	-	-	12.092.896	11.799.185
Provisão para riscos processuais	15	-	-	42.498	38.599
Dividendos	7	22.842	22.842	24.073	24.073
Receita diferida		-	-	199.772	203.869
Provisão para manutenção		-	-	82.171	76.641
Provisão para passivo descoberto	8	480.382	396.302	-	-
Outros		-	-	3.465	3.286
Total do passivo não circulante		<u>909.422</u>	<u>810.104</u>	<u>19.483.004</u>	<u>19.368.971</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16.a	3.351.958	3.351.958	3.351.958	3.351.958
Reserva de capital		515.961	515.961	515.961	515.961
Prejuízos acumulados		(870.296)	(731.719)	(870.296)	(731.719)
		<u>2.997.623</u>	<u>3.136.200</u>	<u>2.997.623</u>	<u>3.136.200</u>
Participação dos não controladores		-	-	(678.417)	(556.945)
Total do patrimônio líquido		<u>2.997.623</u>	<u>3.136.200</u>	<u>2.319.206</u>	<u>2.579.255</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.934.898</u>	<u>3.970.579</u>	<u>25.486.951</u>	<u>25.581.884</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	-	-	866.348	824.412
Receita de construção	17	-	-	70.936	162.619
Custo dos serviços prestados	17	-	-	(564.081)	(552.807)
Custo de construção	17	-	-	(70.408)	(160.157)
LUCRO BRUTO		-	-	302.795	274.067
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	17	(9.652)	(12.785)	(146.751)	(111.665)
Equivalência patrimonial	8	(126.327)	(188.254)	(4.705)	9.645
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	-	-	1.304	608
RESULTADO OPERACIONAL		(135.979)	(201.039)	152.643	172.655
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	18	16.015	15.550	44.546	57.047
Despesas financeiras	18	(17.851)	(128.432)	(456.679)	(719.171)
Total		(1.836)	(112.882)	(412.133)	(662.124)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(137.815)	(313.921)	(259.490)	(489.469)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	-	203	(38.720)
Corrente		-	-	(14.722)	(19.402)
Diferido		-	-	14.925	(19.318)
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(137.815)	(313.921)	(259.287)	(528.189)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(121.472)	(214.268)
Atribuível aos acionistas controladores		(137.815)	(313.921)	(137.815)	(313.921)
Lucro/Prejuízo líquido do período de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores	24	(762)	12.042	(762)	12.042
PREJUÍZO DO PERÍODO		(138.577)	(301.879)	(260.049)	(516.147)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(121.472)	(214.268)
Atribuível aos acionistas controladores		(138.577)	(301.879)	(138.577)	(301.879)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	<u>(0,321)</u>	<u>(0,731)</u>		
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	<u>(0,323)</u>	<u>(0,734)</u>		
Lucro/Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)		<u>(0,002)</u>	<u>0,028</u>		
Lucro/Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)		<u>(0,002)</u>	<u>0,028</u>		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPARDEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(138.577)</u>	<u>(301.879)</u>	<u>(260.049)</u>	<u>(516.147)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>(164.189)</u>	<u>-</u>	<u>(164.189)</u>
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras	-	(164.189)	-	(164.189)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(138.577)</u>	<u>(466.068)</u>	<u>(260.049)</u>	<u>(680.336)</u>
Acionistas controladores	(138.577)	(466.068)	(138.577)	(466.068)
Acionistas não controladores	-	-	(121.472)	(214.268)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>3.351.958</u>	<u>515.961</u>	<u>743.976</u>	<u>(1.140.852)</u>	<u>3.471.043</u>	<u>(122.407)</u>	<u>3.348.636</u>
Prejuízo do período	-	-	-	(301.879)	(301.879)	(214.268)	(516.147)
Adição de minoritários	-	-	-	-	-	(9.657)	(9.657)
Ajuste de conversão de moeda	-	-	(164.189)	-	(164.189)	-	(164.189)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	<u>3.351.958</u>	<u>515.961</u>	<u>579.787</u>	<u>(1.442.731)</u>	<u>3.004.975</u>	<u>(346.332)</u>	<u>2.658.643</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>3.351.958</u>	<u>515.961</u>	<u>-</u>	<u>(731.719)</u>	<u>3.136.200</u>	<u>(556.945)</u>	<u>2.579.255</u>
Prejuízo do período	-	-	-	(138.577)	(138.577)	(121.472)	(260.049)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	<u>3.351.958</u>	<u>515.961</u>	<u>-</u>	<u>(870.296)</u>	<u>2.997.623</u>	<u>(678.417)</u>	<u>2.319.206</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Receitas	17	-	-	1.113.663	1.193.059
Prestação de serviços		-	-	1.041.111	911.617
Receita de construção		-	-	96.868	281.680
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(25.353)	(2.051)
Outras receitas		-	-	1.037	1.813
Insumos adquiridos de terceiros		7.782	7.184	(452.222)	(483.391)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(244.898)	(98.780)
Custo de construção	17	-	-	(70.408)	(240.387)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		7.782	7.184	(134.968)	(143.673)
Perda/recuperação de valores ativos		-	-	(1.743)	(478)
Outros custos		-	-	(205)	(73)
Valor adicionado bruto		<u>7.782</u>	<u>7.184</u>	<u>661.441</u>	<u>709.668</u>
Retenções		(1.465)	(5.877)	(279.507)	(258.732)
Depreciação e amortização	17	<u>(1.465)</u>	<u>(5.877)</u>	<u>(279.507)</u>	<u>(258.732)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>6.317</u>	<u>1.307</u>	<u>381.934</u>	<u>450.936</u>
Valor adicionado recebido em transferência		(110.312)	(172.704)	42.217	52.005
Resultado de equivalência patrimonial	8	(126.327)	(188.254)	(4.705)	9.645
Receitas financeiras	18	<u>16.015</u>	<u>15.550</u>	<u>46.922</u>	<u>42.360</u>
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		(103.995)	(171.397)	424.151	502.941
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir		(762)	12.042	(762)	12.042
Total do valor adicionado a distribuir		<u>(104.757)</u>	<u>(159.355)</u>	<u>423.389</u>	<u>514.983</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>(104.757)</u>	<u>(159.355)</u>	<u>423.389</u>	<u>514.983</u>
Pessoal e encargos		13.226	11.371	142.976	129.865
Remuneração direta		11.568	10.062	103.383	94.016
Benefícios		1.112	883	29.896	28.914
FGTS		546	426	9.281	6.363
Outros		-	-	416	572
Impostos, taxas e contribuições		1.991	2.051	54.188	142.849
Federais		1.991	2.051	37.115	125.398
Estaduais		-	-	1.422	1.374
Municipais		-	-	15.651	16.077
Remuneração capital de terceiros		18.603	129.102	486.274	758.416
Juros		15.204	119.558	439.994	676.932
Aluguéis		753	670	2.028	15.864
Outras		2.646	8.874	44.252	65.620
Remuneração de capital próprio		(138.577)	(301.879)	(260.049)	(516.147)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(121.472)	(214.268)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(138.577)	(301.879)	(138.577)	(301.879)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes dos impostos e contribuição		(137.815)	(313.921)	(259.490)	(489.469)
Ajustes:					
Depreciação e amortização		1.465	5.877	279.507	258.732
Baixa de imobilizado e intangível		-	165	621	669
Provisões diversas		-	-	27.988	2.844
Provisão para manutenção		-	-	5.819	1.826
Equivalência patrimonial	8	126.327	188.254	4.705	(9.645)
Apropriação receita diferida		-	-	(4.194)	(9.037)
Margem de construção		-	-	(528)	(2.462)
Constituição de outorga variável		-	-	47.826	46.751
Ajuste de operações de hedge		-	-	16.454	28.340
Variações monetárias e encargos, líquidos		8.043	131.895	351.680	346.442
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(18.634)	13.741
Estoques		-	-	(8.851)	(13.401)
Impostos a recuperar	6	(255)	8.417	18.022	33.893
Depósitos judiciais	15	-	(8)	(750)	(1.584)
Adiantamentos		(266)	(19)	(12.776)	6.803
Parte relacionada	7	86.429	534	98.629	-
Outros		(17.865)	36.551	(8.447)	29.135
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		404	(1.821)	(7.361)	366.150
Obrigações com empregados e administradores		4.015	907	13.210	15.112
Impostos a recolher	6	(841)	(5.727)	(10.341)	(7.187)
Impostos pagos		-	-	(29.112)	(18.135)
Recebimento de dividendos e JCP		-	86.528	-	-
Outras obrigações e contas a pagar		-	(12.558)	(16.025)	13.589
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>69.641</u>	<u>125.074</u>	<u>487.952</u>	<u>613.107</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aporte em controladas, coligadas e controladas em conjunto	8	(70.700)	(91.124)	-	(24.974)
Mútuo com coligada		(22.136)	-	(22.136)	(31.579)
Mútuo com controlada		(78.839)	(31.579)	(78.839)	-
Aquisição de imobilizado		-	(45)	(41.746)	(107.350)
Aquisição de intangível		(106)	(34)	(86.762)	(275.043)
Aplicações financeiras	4	87.649	60.436	(39.908)	76.657
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(84.132)</u>	<u>(62.346)</u>	<u>(269.391)</u>	<u>(362.289)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	-	83.596	587.706
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	-	-	(158.844)	(421.776)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		7.195	-	(162.256)	(241.896)
Concessão/pagamento Outorga		-	-	(1.873)	(15)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>7.195</u>	<u>-</u>	<u>(239.377)</u>	<u>(75.981)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(7.296)</u>	<u>62.728</u>	<u>(20.816)</u>	<u>174.837</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	7.391	86	196.372	212.804
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>95</u>	<u>62.814</u>	<u>175.556</u>	<u>387.641</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(7.296)</u>	<u>62.728</u>	<u>(20.816)</u>	<u>174.837</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”, “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”. A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria “A”, junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. - LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
Concessionária Rota do Atlântico S.A. - CRA
Línea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA
Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
Concessionária BR-040 S.A. - VIA040
PEX S.A. - PEX *

Mobilidade Urbana

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
MetroBarra S.A. - METROBARRA
Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT

Fundo de Investimento

Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover

(*) Empresa reportada como ativos e passivos diretamente associados a operações descontinuadas.

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados “grupo INVEPAR” ou “grupo”.

As demonstrações contábeis das controladas, controladas em conjunto CBN, CRA, VIARIO e das coligadas CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em 31 de março de 2017, a INVEPAR apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$386.881 e negativo de R\$2.407.138, na controladora e consolidado, respectivamente (capital circulante líquido positivo de R\$480.070 e negativo de R\$2.354.388 em 31 de dezembro de 2016, na controladora e consolidado, respectivamente), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$2.985.101. A Administração da Companhia tem atuado ativamente nas negociações de certas dívidas das controladas, buscando a postergação dos vencimentos e/ou refinanciamentos das mesmas.

A INVEPAR ainda avalia as novas regras introduzidas pela Medida Provisória (MP) 752 publicada em 24 de novembro de 2016, que, dentre outras, estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal. A Companhia aguarda a regulação e a conversão da MP em Lei para aderir ou não às diretrizes ali definidas em relação às suas controladas alcançadas pela MP.

Em 7 de novembro de 2016, a INVEPAR comunicou ao mercado a descontinuidade operacional de sua controlada PEX S.A e em 10 de dezembro de 2016 as atividades se encerraram.

1.b) Investigações do Ministério Público envolvendo a acionista OAS e controlada GRUPAR.

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas no contexto da “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, supostas práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo diversas empresas, dentre elas empresas do grupo OAS, acionista que participa do bloco de controle da INVEPAR.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da INVEPAR e em sua controlada Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da INVEPAR e na sede de GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 11 de maio de 2017, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2017.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

2.2. Reclassificação das demonstrações contábeis

Em 7 novembro de 2016, a Administração comunicou ao mercado que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX.

Para fins de comparabilidade, a Demonstração do Resultado de 31 de março de 2016 está sendo reapresentada na rubrica de operações descontinuadas, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – Controladora

	31/03/2016		
	PUBLICADO	PEX	RECLASSIFICADO
Despesas gerais e administrativas	(12.785)	-	(12.785)
Equivalência patrimonial	(188.771)	517	(188.254)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(201.556)	517	(201.039)
Receitas financeiras	15.550	-	15.550
Despesas financeiras	(128.432)	-	(128.432)
Prejuízo do período	(314.438)	517	(313.921)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	12.559	(517)	12.042
Atribuível aos acionistas controladores	(301.879)	-	(301.879)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – Consolidado

	31/03/2016		
	PUBLICADO	PEX	RECLASSIFICADO
Receita líquida de serviços	826.259	(1.847)	824.412
Receita de construção	162.619	-	162.619
	988.878	(1.847)	987.031
Custo de serviços prestados	(553.606)	799	(552.807)
Custo de construção	(160.157)	-	(160.157)
Lucro bruto	275.115	(1.048)	274.067
Despesas gerais e administrativas	(113.151)	1.486	(111.665)
Equivalência patrimonial	9.645	-	9.645
Outras despesas operacionais	660	(52)	608
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	172.269	386	172.655
Receitas financeiras	57.117	(70)	57.047
Despesas financeiras	(719.351)	180	(719.171)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(489.965)	496	(489.469)
Imposto de renda e contribuição social	(38.741)	21	(38.720)
Correntes	(19.423)	21	(19.402)
Diferidos	(19.318)	-	(19.318)
Prejuízo do período	(528.706)	517	(528.189)
Atribuível aos acionistas não controladores	214.268	-	214.268
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	12.559	(517)	12.042
Atribuível aos acionistas controladores	(301.879)	-	(301.879)

As reclassificações estão em conformidade com os Pronunciamentos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros e CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	95	7.391	19.454	34.717
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	-	-	42.766	83.146
Operações compromissadas	-	-	113.336	78.509
Total de caixa e equivalentes de caixa	95	7.391	175.556	196.372

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações varia de 96% a 103% do CDI (97% a 101% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras							
Certificados de Depósito Bancário CDB	93% a 101%	CDI	nov/19	19.184	4.985	79.653	104.901
Debêntures compromissadas	90% a 102%	CDI	dez/16	-	-	-	1.403
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	95,89%	CDI/IPC A/SELIC	ago/18	-	-	279.651	84.752
Fundo Mover(a)	99,00%	CDI/SELIC/IPCA	nov/26				
Certificados de Depósito Bancário CDB				130.792	444.254	133.598	449.521
Letras financeiras do tesouro				219.622	6.668	224.334	6.746
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				1.304	2.644	1.332	2.676
Fundo Cambial FIC(b)	100,00%	DÓLAR	set/18				
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				-	-	41.590	42.940
Total de aplicações financeiras				370.902	458.551	760.158	692.939
Circulante				370.902	458.551	625.431	566.198
Não circulante				-	-	134.727	126.741

(a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, a CLN e a LAMSA.

(b) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controlada METRÔRIO junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do

vencimento somente por autorização do Agente Financeiro conforme cronograma físico-financeiro.

As aplicações financeiras não circulantes que somam R\$134.727 (R\$7.908 para METRÔRIO, R\$43.276 para METROBARRA e R\$83.543 para GRU AIRPORT), estão vinculadas a processos judiciais e ao contrato de concessão, conforme descrito abaixo.

METRÔRIO

- R\$112 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da controlada METRÔRIO por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e para os contratos de fornecimento de serviço.
- R\$7.796 referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis da controlada METRÔRIO.

METROBARRA

- R\$43.276 referem-se a aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo atrelados aos sistemas de sinalização e piloto automático.

GRU AIRPORT

- R\$83.543 referem-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 99,18% do CDI (98,67% do CDI em 31 de dezembro de 2016) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta reserva, cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC, além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Aeronaves e passageiros (a)	105.634	111.095
Armazenagem e capatazia (a)	13.228	16.510
Cessão de espaço (a)	112.466	108.761
Valores a receber de pedágio (b)	46.745	50.674
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	24.365	26.741
Valores a receber de bilhetes (d)	6.081	8.375
Locação de trens (e)	10.359	-
Outros	893	929
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(22.067)	(20.301)
Total	297.704	302.784
Ativo não circulante		
Governo Estadual (f)	11.980	12.008
Cessão de espaço (a)	22.135	22.135
Outros (g)	17.713	17.713
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.694)	(4.083)
Total	46.134	47.773

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.
- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.
- (c) Contas a receber decorrentes de contratos com terceiros na cessão de espaço e veiculação de anúncios da controlada METRÔRIO e da VIA040.
- (d) Contas a receber com passagens da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos da controlada METRÔRIO.
- (e) Contas a receber do METROBARRA com a CRB referente ao contrato de locação de trens e sistemas operacionais.
- (f) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO, referentes a gratuidades estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo. Foram constituídas perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa para todo o saldo em aberto referente aos grandes eventos ocorridos no Rio de Janeiro.
- (g) O montante de R\$17.713 refere-se a valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO.

Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	(24.384)	(23.586)
Adições	(5.514)	(34.202)
Baixa	623	8.019
Reversões	1.514	25.385
Saldo no fim do período	<u>(27.761)</u>	<u>(24.384)</u>

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
31 de março de 2017	371.599	(27.761)	276.746	35.087	3.158	2.848	2.121	1.581	979	49.079 *
31 de dezembro de 2016	374.941	(24.384)	246.881	57.162	7.564	7.139	1.743	5.395	1.374	47.683

* Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não foi constituído a PECLD, pois se refere basicamente às gratuidades do METRÔRIO e os valores a receber da INFRAERO em GRU AIRPORT, nos montantes de R\$6.286 e R\$17.713, respectivamente.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Empresas	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de março de 2017						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(11.685)	(25)	(25)	(28)	(98)	(362)	(377)	(10.770)
CART	(1.516)	(227)	(385)	(217)	-	(210)	(223)	(254)
GRU AIRPORT	<u>(14.560)</u>	<u>(54)</u>	<u>(66)</u>	<u>(49)</u>	<u>(180)</u>	<u>(241)</u>	<u>(11)</u>	<u>(13.959)</u>
Total	(27.761)	(306)	(476)	(294)	(278)	(813)	(611)	(24.983)

Empresas	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2016						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(9.424)	(28)	(28)	(26)	(576)	(291)	(324)	(8.151)
CART	(1.608)	(218)	(210)	(223)	(253)	(284)	(237)	(183)
GRU AIRPORT	(13.352)	(33)	(32)	(6)	(40)	(39)	(39)	(13.163)
Total	(24.384)	(279)	(270)	(255)	(869)	(614)	(600)	(21.497)

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social(a)	9.003	-	26.925	11.519
PIS e COFINS(b)	-	-	39.336	43.043
IRRF(c)	721	9.472	6.446	29.869
Outros	3	-	616	2.401
Circulante	9.727	9.472	73.323	86.832
Imposto de renda e contribuição social	-	-	44	35
PIS e COFINS(b)	-	-	445.619	450.141
Não circulante	-	-	445.663	450.176

- (a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.
- (b) Os créditos de PIS e COFINS de GRU, METROBARRA e METRÔRIO decorrem da aquisição de bens e serviços sobre os investimentos conforme previsto pela legislação, sendo representado substancialmente por R\$450.540, R\$33.334 e R\$1.081, respectivamente.
- (c) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

As controladas CLN, LAMSA, CART, VIA040, METRÔRIO, METROBARRA e GRU AIRPORT fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Natureza	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal	676.846	674.113
Base negativa	243.665	242.681
Excesso amortização outorgas	9.694	9.489
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	11.285	11.323
Participação nos lucros e resultado (PLR)	9.244	7.891
Provisão para riscos	10.336	9.672
Provisão de Manutenção - RTT	16.911	16.911
Outros	31.836	30.775
Total do ativo fiscal diferido	1.009.817	1.002.855
Amortização de Outorga (*)	(723.475)	(735.014)
Custo de captação (*)	(17.013)	(17.488)
Margem de Construção (*)	(45.059)	(45.727)
AVP - Amortização de outorga	(204.677)	(208.611)
Outros	(32.310)	(23.657)
Total do passivo fiscal diferido	(1.022.534)	(1.030.497)
Total	(12.717)	(27.642)
Impostos diferidos – Ativo	196.691	191.949
Impostos diferidos – Passivo	(209.408)	(219.591)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre amortização da outorga fiscal e margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais consolidada no valor de R\$4.132, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14 custo de captação é realizados conforme o prazo do financiamento.

As holdings INVEPAR, GRUPAR e LAMBRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado tributável não apresentam base para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$481.884, R\$2.624 e R\$2.828, respectivamente.

As controladas GRU AIRPORT, CART, VIA040 e METROBARRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$1.084.902 (de julho de 2014 a março de 2017), R\$126.756 (de janeiro de 2015 a março de 2017), R\$16.940 (de janeiro de 2015 a março de 2017) e R\$55.211 (de outubro de 2015 a março de 2017), respectivamente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	Consolidado
	31/03/2017
2017	15.151
2018	23.444
2019	2.988
2020	25.621
2021	249.184
2022 a 2024	471.479
2025 a 2026	221.950
Total dos ativos fiscais diferidos	1.009.817
Total dos passivos fiscais diferidos	(1.022.534)
Total dos impostos diferidos	(12.717)

c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social	-	-	7.121	19.215
PIS e COFINS	250	1.010	21.962	25.542
ISS	3	42	12.929	13.229
IRRF e CSRF	104	145	4.595	12.543
INSS sobre terceiros	1	3	2.089	2.773
Outros	41	40	397	377
Circulante	399	1.240	49.093	73.679
Imposto de renda e contribuição social	-	-	12.118	12.288
PIS e COFINS	-	-	808	780
Não circulante	-	-	12.926	13.068

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	(137.815)	(313.921)	(259.490)	(489.469)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	46.857	106.733	88.227	166.419
Adições permanentes	(16)	(42)	(1.303)	(1.208)
Exclusões permanentes	-	-	852	959
Equivalência patrimonial	(42.951)	(64.006)	(1.600)	3.280
IR/CS diferidos não constituídos	(3.890)	(42.685)	(86.120)	(207.886)
Outros	-	-	147	(284)
Total dos impostos no resultado	-	-	203	(38.720)
Impostos correntes	-	-	(14.722)	(19.402)
Impostos diferidos	-	-	14.925	(19.318)
	-	-	203	(38.720)

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Composição

Controladora							
31/03/2017							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado mar/17
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(a)	Controlada	2.037	-	-	-	-
VIA040	Nota de Débito(a)	Controlada	-	39.748	-	-	-
CART	Nota de Débito(a)	Controlada	6.799	-	-	-	-
CLN	Nota de Débito(a)	Controlada	616	-	-	-	-
METRÓRIO	Nota de Débito(a)	Controlada	4.718	-	-	-	-
METROBARRA	Nota de Débito(a)	Controlada	10.846	-	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(a)	Controlada	31	-	1.568	-	-
LAMBRA	Debêntures	Controlada	-	-	-	406.198	15.204
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	5.972	-	-	-	-
METRÓRIO	Dividendos	Controlada	3	-	-	-	-
CLN	Dividendos	Controlada	2.125	-	-	-	-
CLN	AFAC(c)	Controlada	-	15.711	-	-	-
CART	AFAC(c)	Controlada	-	22.000	-	-	-
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	37.338	-	-	9.838
VLT	Mútuo	Coligada	-	22.136	-	-	2.136
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	41.501	-	-	4.546
Total			33.147	189.509	1.568	429.040	31.724

Controladora							
31/12/2016							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado mar/16
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(a)	Controlada	548	-	-	-	-
VIA040	Nota de Débito(a)	Controlada	-	37.643	-	-	-
CART	Nota de Débito(a)	Controlada	4.409	-	-	-	-
CLN	Nota de Débito(a)	Controlada	181	-	-	-	-
METRÓRIO	Nota de Débito(a)	Controlada	1.435	-	-	-	-
METROBARRA	Nota de Débito(a)	Controlada	9.817	-	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(a)	Controlada	31	-	1.568	-	-
LAMBRA	Debêntures	Controlada	-	-	-	390.960	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	5.972	-	-	-	-
CLN	Dividendos	Controlada	3.363	-	-	-	-
CLN	AFAC(c)	Controlada	-	15.711	-	-	-
LAMBRA	Mútuo	Controlada	-	-	-	-	642
METROBARRA	Mútuo	Controlada	-	-	-	-	8.640
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	35.917	-	-	4.079
VLT	Mútuo	Coligada	-	21.226	-	-	-
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	40.017	-	-	-
Total			25.756	161.589	1.568	413.802	13.361

Consolidado							
31/03/2017							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado mar/17
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
ACSA	Nota de Débito/Dividendos	-	-	-	8.666	1.231	-
PEX(b)	Nota de Débito(a)	Controlada	26	-	-	-	-
VLT	Mútuo	Coligada	-	22.136	-	-	2.136
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	41.501	-	-	4.546
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	37.338	-	-	9.838
Total			26	100.975	8.666	24.073	16.520

Consolidado

31/12/2016

Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado mar/16
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
ACSA	Nota de Débito/Dividendos	-	-	-	8.666	1.231	-
PEX(b)	Nota de Débito(a)	Controlada	1.495	-	-	-	-
LAMBRA	Mútuo	Controlada	-	-	-	-	642
VLT	Mútuo	Coligada	-	21.226	-	-	-
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	40.017	-	-	-
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	35.917	-	-	4.079
Total			1.495	97.160	8.666	24.073	4.721

- (a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Os rateios, geralmente, são liquidados no prazo de 1 mês, por isso não sofrem a correção de juros.
- (b) Controlada classificada como operações descontinuadas.
- (c) O AFAC encontra-se no grupo de investimentos da INVEPAR.

CRA

Em 9 de junho de 2015 foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada CRA no valor de R\$27.500, o qual está sendo atualizado a taxa de 130% do CDI. O prazo de pagamento da operação, com renovação automática e mensal até 15 de janeiro de 2029.

INVEPAR

Em 15 de outubro de 2015, a INVEPAR emitiu debêntures no montante de R\$2 bilhões, com vencimento em outubro de 2024. Deste montante, R\$1 bilhão é referente aos acionistas da Companhia: PETROS, FUNCEF e PREVI. Em 29 de dezembro de 2016 essa operação foi liquidada conforme descrito na Nota Explicativa 13. O resultado do trimestre findo em 31 de março de 2016 foi impactado pelo valor de R\$119.558 referente aos juros dessa debênture.

METROBARRA

Em 18 de dezembro de 2015, foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a controlada METROBARRA no valor de R\$183.000 que foi liquidado em 23 de junho de 2016. Sobre o montante do principal incidiram juros equivalentes a 100% da CDI acrescidos de sobretaxa de 3,50% a.a. O resultado do trimestre findo em 31 de março de 2016 foi impactado pelo valor de R\$8.640 referente aos juros desse mútuo.

Em 15 de abril de 2015, o METROBARRA e o METRÔRIO firmaram contrato de locação de material rodante para utilização nas Linhas 1 e 2, onde entenderam que o uso prévio do material rodante, 15 trens, acarretaria em benefícios para ambas as empresas, uma vez que possibilitaria o aperfeiçoamento dos mesmos de forma planejada e segura para maximizar sua performance quando do início da operação comercial na Linha 4. Possibilitando também, a manutenção mais robusta dos trens Alstom/Marfesa do METRÔRIO e evitaria custos elevados de armazenamento e manutenção caso os mesmos não estivessem sendo utilizados. O contrato permaneceu em vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4. Os testes integrados da Linha 4 iniciaram em 1 de julho de 2016. Desta forma, a partir desta data a locação dos trens

passou a ser objeto de contrato assinado entre METROBARRA e CRB, atual concessionária da Linha 4.

VIARIO

Em 28 de abril de 2016, foi assinado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO no valor de R\$36.955 em 31 de dezembro de 2016 com vencimento em 2034. Sobre o montante do principal incidiram juros equivalentes a 130% do CDI.

VLT

Em 22 de julho de 2016, o VLT firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 25.000 remunerados pelo CDI + 5% a.a, a liquidação de principal e juros poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2018.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora			Consolidado		
	31/03/2017			31/03/2017		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	1.385	499	1.884	4.229	886	5.115
Participação nos resultados / Bônus variáveis	5	-	5	609	-	609
Encargos	279	100	379	826	162	988
Outros benefícios	230	-	230	1.280	-	1.280
Total	1.899	598	2.497	6.944	1.047	7.991

Composição	Controladora			Consolidado		
	31/03/2016			31/03/2016		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	1.016	462	1.478	3.834	887	4.721
Participação nos resultados / Bônus variáveis	-	-	-	352	-	352
Encargos	257	92	349	802	177	979
Outros benefícios	423	-	423	1.115	-	1.115
Total	1.696	554	2.250	6.103	1.064	7.167

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores da INVEPAR Holding de até R\$27.893 para o exercício de 2017.

A Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

8. INVESTIMENTOS

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/03/2017		Saldos em 31/12/2016	Aumento de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/03/2017
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos				Investimentos
Controladas								
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	106.420	-	-	15.305	121.725
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	65.263	-	-	3.473	68.736
CART	100,00	1.308.194.522	1.308.194.522	517.304	39.500	(50)	(28.494)	528.260
LAMBRA	100,00	863.644.681	-	395.669	-	-	8.234	403.902
METRÓRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.349.923	-	-	(7.545)	1.342.378
METROBARRA	100,00	569.988.194	-	125.870	10.000	-	(32.907)	102.963
VIA040	100,00	706.866.817	-	402.816	43.200	-	4.391	450.407
				<u>2.963.265</u>	<u>92.700</u>	<u>(50)</u>	<u>(37.543)</u>	<u>3.018.371</u>
Controladas em conjunto								
VIARIO	33,34	361.637.226	-	67.396	-	-	(8.121)	59.275
CBN	50,00	155.768.685	-	106.845	-	-	494	107.339
CRA	50,00	70.719.454	-	35.246	-	-	(869)	34.377
				<u>209.487</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.496)</u>	<u>200.991</u> *
Coligada								
VLT	24,93	295.802.212	-	55.857	-	-	126	55.984
CRT	24,92	17.994	3.550	65.154	-	(1.087)	3.665	67.732
				<u>121.011</u>	<u>-</u>	<u>(1.087)</u>	<u>3.791</u>	<u>123.716</u> *
TOTAL				<u>3.293.762</u>	<u>92.700</u>	<u>(1.137)</u>	<u>(42.248)</u>	<u>3.343.078</u>
Operações descontinuadas								
PEX	100,00	31.798.778	-	1.811	-	-	(762)	1.049
				<u>1.811</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(762)</u>	<u>1.049</u>
Saldo Passivo do Investimento								
Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/03/2017		Saldos em 31/12/2016	Aumento de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/03/2017
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos				Investimentos
Controlada								
GRUPAR	80,00	130.569.956.529	-	(396.303)	-	-	(84.079)	(480.382)
				<u>(396.303)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(84.079)</u>	<u>(480.382)</u>
				<u>Saldos em 31/12/2016</u>				<u>Saldos em 31/03/2017</u>
Adiantamento para futuro investimento **				<u>53.564</u>				<u>53.564</u> *

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa.

Em 31 de março de 2017, o ágio registrado sobre os investimentos na CART e CRT montam R\$4.431 e R\$20.281 respectivamente.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2015	Aumento de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Baixa por alienação	Saldos em 31/12/2016
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos								Investimentos
Controladas												
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	99.732	-	-	86.449	-	-	(79.761)	-	106.420
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	60.156	-	-	9.441	-	-	(4.334)	-	65.263
CART	100,00	1.308.194.522	1.308.194.522	481.617	178.500	(203)	(142.610)	-	-	-	-	517.304
LAMBRA	100,00	863.644.681	-	2.482.857	57.000	(22.994)	1.922.919	(762.437)	(743.635)	(1.946.450)	(591.592)	395.669
METRÓRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.381.824	-	-	31.704	-	-	(63.605)	-	1.349.923
METROBARRA	100,00	394.943.991	-	53.583	164.245	-	(91.958)	-	-	-	-	125.870
VIA040	100,00	395.000.000	-	320.939	55.000	-	26.877	-	-	-	-	402.816
				4.880.708	454.745	(23.197)	1.842.822	(762.437)	(743.635)	(2.094.150)	(591.592)	2.963.265
Controladas em conjunto												
VIARIO	33,34	112.634.822	-	72.383	12.576	-	(17.563)	-	-	-	-	67.396
CBN	50,00	155.768.685	-	106.057	-	-	788	-	-	-	-	106.845
CRA	50,00	70.719.454	-	42.958	-	-	(7.712)	-	-	-	-	35.246
				221.398	12.576	-	(24.487)	-	-	-	-	209.487
Coligada												
VLT	24,93	295.802.212	-	19.318	33.394	-	3.145	-	-	-	-	55.857
CRT	24,92	17.994	3.550	66.208	-	(4.346)	8.915	-	-	(5.623)	-	65.154
				85.526	33.394	(4.346)	12.060	-	-	(5.623)	-	121.011
TOTAL				5.187.632	500.715	(27.543)	1.830.395	(762.437)	(743.635)	(2.099.773)	(591.592)	3.293.762
Operações descontinuadas												
PEX PERU	-	-	-	4	3.383	-	(2.522)	-	(341)	-	(524)	-
PEX	100,00	8.090.101	-	(3.268)	9.180	-	(4.101)	-	-	-	-	1.811
				(3.264)	12.563	-	(6.623)	-	(341)	-	(524)	1.811
Saldo Passivo do Investimento												
Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2015	Aumento de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Baixa por alienação	Saldos em 31/12/2016
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos								Investimentos
Controlada												
GRUPAR	80,00	130.569.956.529	-	(112.668)	142.800	-	(426.435)	-	-	-	-	(396.303)
				(112.668)	142.800	-	(426.435)	-	-	-	-	(396.303)
				Saldo em 31/12/2015								Saldo em 31/12/2016
Adiantamento para futuro investimento **				53.564								53.564

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa.

Em 31 de dezembro de 2016, o ágio registrado sobre os investimentos na CART e CRT montam R\$4.482, R\$21.368 respectivamente.

a) Informações sobre os investimentos da controladora

Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da INVEPAR.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de março de 2017

	Empresas	(+ Investimento total)				(- Investimento não caixa)			Participação da Invepar %	
		Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		(=) Investimento caixa
Rodovias	LAMSA	196	134	-	-	-	8	-	322	100
	CLN	13	4	-	-	-	3	-	14	91,49
	CART	17	13	13.975	-	-	5.749	139	8.117	100
	CBN	2	-	42.693	-	4.279	-	444	37.972	50
	CRT	830	-	3.353	-	427	-	-	3.756	24,92
	CRA	-	26	441	-	-	-	-	467	50
	VIARIO	29.058	2.720	3.130	-	-	-	-	34.908	33,34
	VIA040	89	-	65.449	-	25.932	31.343	389	7.874	100
Mobilidade Urbana	METRÓRIO	1.794	770	17.455	-	-	11.420	-	8.599	100
	METROBARRA	9.696	-	-	-	-	-	-	9.696	100
	VLT	156	-	10.661	-	-	-	249	10.568	24,87
Aeroportos	GRU AIRPORT	13	-	2.747	70.081	70.582	-	-	2.259	40,8 *

(*) O percentual de 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2016

Empresas	(+) Investimento total				(-) Investimento não caixa			(=) Investimento caixa	Participação da Invepar %
	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		
LAMSA	2.835	2.743	28.525	-	-	725	187	33.191	100
CLN	407	403	32	-	-	-	2	840	91,49
CART	463	914	114.498	-	-	313	1.153	114.409	100
CBN	1.866	9	147.435	-	8.833	-	1.526	138.951	50
CRT	1.972	64	12.690	-	1.781	-	-	12.945	24,92
CRA	-	53	2.624	-	-	-	7	2.670	50
VIARIO	40.249	442	193.641	-	572	-	-	233.760	33,34
VIA040	11.729	1.799	321.652	-	97.740	39.977	2.142	195.321	100
METRÓRIO	22.144	2.927	73.992	-	180	11.780	-	87.103	100
METROBARRA	225.086	-	-	-	53.729	32.189	-	139.168	100
VLT	1.539	-	132.243	-	69.626	(69.626)	-	133.782	24,87
GRU AIRPORT	11.813	513	145.260	427.619	435.237	6.537	3.716	139.715	40,8 *

(*) O percentual de 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

b) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, o METRÔRIO passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O METRÔRIO detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro. O término do contrato de concessão ocorrerá em 27 de janeiro de 2038.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. O prazo da concessão é de 30 anos.

d) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (“DERBA”), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (“AGERBA”, em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o “Poder Concedente”), pelo prazo de 30 anos.

e) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. sociedade anônima de capital aberto constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, teve início em 23 de março de 1996 e portanto término em 22 de março de 2021.

f) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - “Express Way”, pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011.

g) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na

Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU AIRPORT" da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação em GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.

h) LAMBRA

Em 21 de março de 2012, a INVEPAR passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A., que era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012, os acionistas deliberaram a incorporação por parte da INVEPAR da V.P.R. Brasil Participações S.A, com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Línea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 14 de fevereiro de 2013, foi levado ao registro público o Aditivo Contratual ("Aditivo") firmado em 13 de fevereiro de 2013, o qual ampliou o prazo da concessão em mais 10 anos, passando a 40 anos, a partir da assinatura do Contrato. Destaque-se, ainda, que, em atendimento ao Contrato, a Concessionária iniciou a percepção das receitas arrecadadas pelas praças de pedágio a partir de 10 de fevereiro de 2013.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU.

A transferência da participação societária da LAMSAC e PEX PERU vendidas em favor do comprador foi autorizada pela Municipalidad Metropolitana de Lima, poder concedente, no dia 7 de novembro de 2016, tendo sido as demais condições precedentes cumpridas até 15 de dezembro de 2016.

Os valores de venda da LAMSAC e PEX PERU, recebidos na data da conclusão da operação, foram respectivamente R\$4.084.842 e R\$37.115.

Os contratos de compra e venda de ações preveem ainda bônus adicionais no valor de S/.253.037, equivalentes a R\$241.422 na data do balanço, a realizar em até três anos, vinculados ao cumprimento de certas condições. Tais bônus serão contabilizados quando cumpridos os eventos futuros necessários para sua realização.

i) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

j) PEX

A empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

Em novembro de 2016, suas operações foram descontinuadas e na data-base de 31 de março de 2017 a controlada encontra-se classificada em operações descontinuadas e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na Demonstração do Resultado como resultado de operação descontinuada.

k) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

l) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ – Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

m) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN (“CLN”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000. O término do contrato de concessão ocorrerá em 20 de março de 2035.

n) METROBARRA

Em 20 de dezembro de 2012, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criado o METROBARRA S.A. sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. O METROBARRA iniciou sua operação em 19 de setembro de 2016 e tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding.

Em 15 de outubro de 2013, o METROBARRA pagou aos acionistas atuais detentores da concessão da Linha 4 do Metrô (Concessionária Rio Barra S.A. - “CRB”) o valor de R\$53.564 a título de opção de compra das ações da CRB.

Dessa forma, a Administração do METROBARRA efetuou a análise e projeção do desempenho operacional e financeiro de seus ativos, tendo como uma das principais premissas, o exercício da opção de compra da totalidade das ações da CRB pelo METROBARRA. A premissa adotada pela Administração no teste de impairment é que o exercício da opção ocorra até meados do exercício social de 2019, alterando assim a composição dos fluxos de caixa projetados do METROBARRA.

o) VIA040

Em 31 de janeiro de 2014 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. (“VIA040”) e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.

Em 24 de novembro de 2016, o Governo Federal publicou a Medida Provisória (“MP”) nº 752 que, dentre outras, estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal. A Administração da VIA040 está avaliando os possíveis impactos das novas regras no caso de uma conversão desta MP em Lei o que poderia ser determinante para a VIA040 diante das diretrizes ali definidas.

Dessa forma, a Administração da VIA040 efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da VIA040 na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da MP 752. Tal premissa

tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno da conversão em Lei da MP 752 e suas regulamentações em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da VIA040.

9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes a 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016, são as seguintes:

	31/03/2017					Consolidado
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	
Receita líquida de serviços	217.616	238.468	410.264	-	-	866.348
Receita de construção	53.481	17.455	-	-	-	70.936
	271.097	255.923	410.264	-	-	937.284
Custo de serviços prestados	(117.881)	(128.536)	(317.664)	-	-	(564.081)
Custo de construção	(52.953)	(17.455)	-	-	-	(70.408)
Lucro bruto	100.263	109.932	92.600	-	-	302.795
Despesas gerais e administrativas	(30.082)	(75.470)	(31.547)	(9.652)	-	(146.751)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(126.327)	121.622	(4.705)
Outras receitas (despesas) operacionais	150	(73)	1.227	-	-	1.304
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	70.331	34.389	62.280	(135.979)	121.622	152.643
Receitas financeiras	27.129	10.529	9.495	16.015	(18.622)	44.546
Despesas financeiras	(75.848)	(89.056)	(292.546)	(17.851)	18.622	(456.679)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	21.612	(44.138)	(220.771)	(137.815)	121.622	(259.490)
Imposto de renda e contribuição social	(18.380)	3.686	14.897	-	-	203
Correntes	(14.722)	-	-	-	-	(14.722)
Diferidos	(3.658)	3.686	14.897	-	-	14.925
Prejuízo do exercício das operações continuadas	3.232	(40.452)	(205.874)	(137.815)	121.622	(259.287)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(762)	-	-	-	-	(762)
Lucro (prejuízo) do exercício após ativos mantidos para venda	2.470	(40.452)	(205.874)	(137.815)	121.622	(260.049)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(100.775)	-	(20.697)	(121.472)
Atribuível aos acionistas controladores	2.470	(40.452)	(105.099)	-	142.319	(138.577)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(42.792)	(45.141)	(190.109)	(1.465)	-	(279.507)
Provisão para manutenção	(5.819)	-	-	-	-	(5.819)
Adição ao imobilizado	315	11.490	13	-	-	11.818
Adição ao intangível	79.575	18.225	72.828	106	-	170.734

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

Balço patrimonial em 31 de março de 2017

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	153.982	213.340	551.049	414.734	(57.924)	1.275.181
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	-	1.049	2.422	3.471
Ativo não circulante	4.789.982	3.525.435	15.982.253	3.519.115	(3.608.486)	24.208.299
Total do ativo	4.943.964	3.738.775	16.533.302	3.934.898	(3.663.988)	25.486.951
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	1.353.879	494.866	1.864.022	27.853	(58.301)	3.682.319
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	-	-	2.422	2.422
Passivo não circulante	1.995.792	1.798.567	15.834.541	909.422	(1.055.318)	19.483.004
Patrimônio líquido	1.594.293	1.445.342	(1.165.261)	2.997.623	(2.552.791)	2.319.206
Total do passivo e patrimônio líquido	4.943.964	3.738.775	16.533.302	3.934.898	(3.663.988)	25.486.951

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

	31/03/2016					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
(Reapresentado)						(Reapresentado)
Receita líquida de serviços	219.611	216.398	401.471	-	(13.068)	824.412
Receita de construção	102.686	8.746	51.187	-	-	162.619
	322.297	225.144	452.658	-	-	987.031
Custo de serviços prestados	(116.231)	(131.469)	(318.175)	-	13.068	(552.807)
Custo de construção	(101.662)	(8.746)	(49.749)	-	-	(160.157)
Lucro bruto	104.404	84.929	84.734	-	-	274.067
Despesas gerais e administrativas	(29.712)	(37.454)	(31.714)	(12.785)	-	(111.665)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(188.771)	198.416	9.645
Outras receitas operacionais	70	859	(321)	-	-	608
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	74.762	48.334	52.699	(201.556)	198.416	172.655
Receitas financeiras	18.925	24.961	9.125	15.550	(11.514)	57.047
Despesas financeiras	(99.929)	(105.459)	(396.685)	(128.432)	11.334	(719.171)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(6.242)	(32.164)	(334.861)	(314.438)	198.236	(489.469)
Imposto de renda e contribuição social	(11.542)	517	(27.695)	-	-	(38.720)
Correntes	(11.310)	(8.091)	(1)	-	-	(19.402)
Diferidos	(232)	8.608	(27.694)	-	-	(19.318)
Lucro líquido (prejuízo) do período das operações continuadas	(17.784)	(31.647)	(362.556)	(314.438)	198.236	(528.189)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	12.042	-	-	-	-	12.042
Prejuízo do período após ativos mantidos para venda	(5.742)	(31.647)	(362.556)	(314.438)	198.236	(516.147)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(177.652)	-	(36.616)	(214.268)
Atribuível aos acionistas controladores	(5.742)	(31.647)	(184.904)	-	234.852	(301.879)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(36.814)	(35.525)	(180.516)	(5.877)	-	(258.732)
Provisão para manutenção	(1.826)	-	-	-	-	(1.826)
Adição ao imobilizado	4.490	82.328	152	45	-	87.015
Adição ao intangível	3.869	8.824	194.613	34	-	207.340

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	227.010	252.093	339.393	504.345	(50.458)	1.272.383
Ativo mantido para venda	-	-	-	1.811	6.887	8.698
Ativo não circulante	4.740.539	3.538.191	16.096.847	3.464.423	(3.539.197)	24.300.803
Total do ativo	4.967.549	3.790.284	16.436.240	3.970.579	(3.582.768)	25.581.884
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	1.386.861	410.721	1.855.750	24.275	(50.836)	3.626.771
Passivos classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	6.887	6.887
Passivo não circulante	2.072.328	1.903.769	15.539.877	810.104	(957.107)	19.368.971
Patrimônio líquido	1.508.360	1.475.794	(959.387)	3.136.200	(2.581.712)	2.579.255
Total do passivo e patrimônio líquido	4.967.549	3.790.284	16.436.240	3.970.579	(3.582.768)	25.581.884

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências *	31/03/2017
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	274	-	(274)	-	-
Instalações	13,6	15.961	-	-	-	15.961
Máquinas e equipamentos	9,2	613.570	1.066	-	68	614.704
Móveis e utensílios	9,2	22.944	118	-	17	23.079
Veículos	19,1	33.698	3	(452)	114	33.363
Benefeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	147.858	-	-	-	147.858
Equipamentos de informática	19,6	103.431	873	(8)	4	104.300
Imobilizado em andamento		352.073	9.757	-	(4.374)	357.456
Outros		2.276	1	-	-	2.277
		1.292.085	11.818	(734)	(4.171)	1.298.998
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(244)	(3)	247	-	-
Instalações		(3.222)	(328)	-	-	(3.550)
Máquinas e equipamentos		(72.022)	(9.688)	-	13	(81.697)
Móveis e utensílios		(10.127)	(1.447)	-	(4)	(11.578)
Veículos		(16.823)	(1.428)	353	-	(17.898)
Benefeitorias em prédios e instalações de terceiros		(6.662)	(3.605)	-	-	(10.267)
Equipamentos de informática		(55.264)	(3.616)	4	(9)	(58.885)
Outros		(423)	(114)	-	-	(537)
		(164.787)	(20.229)	604	-	(184.412)
Imobilizado líquido		1.127.298	(8.411)	(130)	(4.171)	1.114.586

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências *	Operações descontinuadas e baixa por alienação	31/12/2016
Custo							
Etiquetas eletrônicas	6,6	1.447	-	-	-	(1.173)	274
Instalações	13,6	14.351	10.556	(12)	390	(9.324)	15.961
Máquinas e equipamentos	9,2	598.659	19.071	(45.010) **	41.460	(610)	613.570
Móveis e utensílios	9,2	20.840	5.884	(1.524)	2.751	(5.007)	22.944
Veículos	19,1	44.081	1.691	(6.494)	70	(5.650)	33.698
Benefeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	5.140	101	(21)	142.739	(101)	147.858
Equipamentos de informática	19,6	79.264	11.505	(1.367)	21.683	(7.654)	103.431
Imobilizado em andamento		347.358	225.068	(972)	(214.477)	(4.904)	352.073
Adiantamento a fornecedores		8	787	(795)	-	-	-
Outros		418	3	-	1.855	-	2.276
		1.111.566	274.666	(56.195)	(3.529)	(34.423)	1.292.085
Depreciação acumulada							
Etiquetas eletrônicas		(223)	(21)	-	-	-	(244)
Instalações		(4.162)	(262)	12	9	1.181	(3.222)
Máquinas e equipamentos		(39.599)	(34.603)	2.048	-	132	(72.022)
Móveis e utensílios		(7.246)	(5.395)	1.459	(8)	1.063	(10.127)
Veículos		(12.988)	(5.754)	1.026	-	893	(16.823)
Benefeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.437)	(4.240)	7	-	8	(6.662)
Equipamentos de informática		(49.831)	(10.295)	617	16	4.229	(55.264)
Outros		(773)	(125)	-	-	475	(423)
		(117.259)	(60.695)	5.169	17	7.981	(164.787)
Imobilizado líquido		994.307	213.971	(51.026)	(3.512)	(26.442)	1.127.298

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

** Do montante de R\$45.010, R\$38.352 refere-se a crédito de PIS e COFINS na aquisição de máquinas e equipamentos inerentes a operação do METROBARRA

Em 31 de março de 2017, o imobilizado em andamento refere-se basicamente aos investimentos da controlada METROBARRA, como o piloto automático e a sinalização.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de março de 2017.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências *	31/03/2017
Custo					
Software	101.159	891	-	22	102.072
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	448.271	-	-	-	448.271
Direito de concessão - investimento CLN (b)	139.923	-	-	41	139.964
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.900.802	13.975	-	-	1.914.777
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de concessão - ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d)	1.871.863	17.455	-	-	1.889.318
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e)	1.326.979	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento GRU (b)	4.038.666	2.747	-	-	4.041.413
Direito de concessão - outorga GRU (c)	13.918.432	70.081	-	-	13.988.513
Direito de concessão - investimento VIA040 (b)	1.435.849	65.449	(491)	-	1.500.807
Outros	280	136	-	4.108	4.524
	<u>25.822.181</u>	<u>170.734</u>	<u>(491)</u>	<u>4.171</u>	<u>25.996.595</u>
Amortização					
Software	(40.413)	(3.794)	-	-	(44.207)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2037)	(75.320)	(4.448)	-	-	(79.768)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2050)	(29.177)	(858)	-	-	(30.035)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(283.874)	(17.518)	-	-	(301.392)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(164.099)	(5.283)	-	-	(169.382)
Direito de concessão - ágio - CART (a) (até 2039)	(1.476)	(50)	-	-	(1.526)
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d) (até 2038)	(443.330)	(18.253)	-	-	(461.583)
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e) (até 2038)	(501.725)	(10.597)	-	-	(512.322)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(425.089)	(48.170)	-	-	(473.259)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(2.037.901)	(139.486)	-	-	(2.177.387)
Direito de concessão - investimento VIA040 (b) (até 2044)	(36.608)	(9.734)	-	-	(46.342)
Outros	(140)	-	-	-	(140)
	<u>(4.039.152)</u>	<u>(258.191)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.297.343)</u>
Intangível líquido	<u>21.783.029</u>	<u>(87.457)</u>	<u>(491)</u>	<u>4.171</u>	<u>21.699.252</u>

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências *	Operações descontinuadas e baixa por alienação	31/12/2016
Custo						
Software	118.351	7.134	(15)	(7.069)	(17.242)	101.159
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	365.014	28.525	(110)	54.842	-	448.271
Direito de concessão - investimento CLN (b)	138.748	32	-	1.143	-	139.923
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.786.796	114.498	(492)	-	-	1.900.802
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d)	1.799.664	73.992	(1.793)	-	-	1.871.863
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e)	1.326.979	-	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	3.006.307	-	-	-	(3.006.307)	-
Direito de concessão - ágio - LAMSAC	1.136.546	-	-	-	(1.136.546)	-
Direito de concessão - investimento GRU (b)	3.875.189	145.260	(444)	18.661	-	4.038.666
Direito de concessão - outorga GRU (c)	13.490.813	427.619	-	-	-	13.918.432
Direito de concessão - investimento VIAD40 (b)	1.128.355	321.652	(7.058)	(7.100)	-	1.435.849
Outros	54.900	2.479	-	(56.948)	(151)	280
	28.867.619	1.121.191	(9.912)	3.529	(4.160.246)	25.822.181
Amortização						
Software	(34.198)	(10.377)	15	154	3.993	(40.413)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2037)	(60.251)	(15.154)	85	-	-	(75.320)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2050)	(25.769)	(3.408)	-	-	-	(29.177)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(215.942)	(68.045)	113	-	-	(283.874)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(142.965)	(21.134)	-	-	-	(164.099)
Direito de concessão - ágio - CART (a) (até 2039)	(1.273)	(203)	-	-	-	(1.476)
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d) (até 2038)	(377.746)	(67.085)	1.501	-	-	(443.330)
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e) (até 2038)	(458.629)	(43.096)	-	-	-	(501.725)
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	(11.614)	-	-	-	11.614	-
Direito de concessão - ágio LAMSAC (b)	(89.998)	-	-	-	89.998	-
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(249.056)	(175.863)	-	(170)	-	(425.089)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(1.487.992)	(549.909)	-	-	-	(2.037.901)
Direito de concessão - investimento VIAD40 (b) (até 2044)	(9.319)	(27.288)	-	(1)	-	(36.608)
Outros	(140)	-	-	-	-	(140)
	(3.164.892)	(981.562)	1.714	(17)	105.605	(4.039.152)
Intangível líquido	25.702.727	139.629	(8.198)	3.512	(4.054.641)	21.783.029

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos juros capitalizados nos empréstimos, financiamentos e debêntures durante o trimestre findo em 31 de março de 2017 foi de R\$26.433 (R\$138.491 em 31 de dezembro de 2016).

- Outorga CART - Com a assinatura do contrato de concessão, a controlada CART se comprometeu a desembolsar o valor de R\$634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa, já liquidado. O valor de R\$5.957 refere-se ao ágio pago na aquisição do controle da CART. O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.
- Investimentos - Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, os quais, são obrigações dos respectivos contratos de concessão.
- Outorga GRU AIRPORT - Com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se comprometeu a desembolsar o total de R\$16.213.000 com parcelas anuais de R\$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

- (d) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada METRÔRIO. Através do Sexto Aditivo o METRÔRIO e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Os investimentos são reconhecidos no Ativo intangível a medida em que são realizados.
- (e) Outorga METRÔRIO - Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar. O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e a “Outorga suplementar” é de R\$162.940, totalizando R\$394.136. O valor de R\$932.843 refere-se ao direito de concessão adquirido que foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

- Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada, bem como com o crescimento das receitas.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

- Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU AIRPORT que é amortizada pela curva de passageiros, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo intangível em 31 de março de 2017.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	197.667	250.361
Fornecedores internacionais	6.945	4.415
Circulante	<u>204.612</u>	<u>254.776</u>
Fornecedores nacionais	5.590	5.785
Não circulante	<u>5.590</u>	<u>5.785</u>

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

Empresa	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/03/2017	31/12/2016
CART	BNDES e outros	Real	mar/21 a mar/25	TJLP e TRB*	2,45%	(b)	142.283	597.799	740.082	791.162
CART	Debêntures	Real	dez-24	IPCA	5,8% e 6,05%	(b)	37.089	970.140	1.007.229	983.481
CART	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(4.412)	(44.915)	(49.327)	(50.529)
CLN	BNB	Real	nov-17	-	9,50%	(b) e (d)	2.648	-	2.648	3.641
CLN	BNB II	Real	dez-24	-	4,12%	(b)	3.627	31.130	34.757	35.980
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(62)	(208)	(270)	(445)
GRU AIRPORT	BNDES e outros	Real	dez/18 a dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(b)	160.690	2.718.133	2.878.823	2.826.944
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(b)	41.175	714.629	755.804	747.741
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez-25	-	-	-	(946)	(7.508)	(8.454)	(8.689)
LAMSA	Debêntures	Real	mai-27	TR	9,5%	(b) e (e)	32.340	295.437	327.777	341.874
LAMSA	ITAU/SANTANDER	Real	ago/18 e mar/20	USD	-	(b)	30.692	33.920	64.612	83.125
LAMSA	(-) Custo de captação	Real	ago-18	USD	-	-	(113)	(24)	(137)	(170)
METRÓRIO	BNDES	Real	fev/17 a out/24	TJLP	1,72% e 1,92%	(b) e (d)	37.179	234.978	272.157	281.837
METRÓRIO	FINEP	Real	jan-18	Fixa	5,25% e 8,25%	(d)	2.673	-	2.673	3.475
METRÓRIO	Caixa Econômica	Real	jun-34	TR	7,80%	(b) e (d)	19.207	229.970	249.177	250.043
METRÓRIO	Capital de giro	Dólar	mar-18	-	-	(a)	102.682	-	102.682	126.924
METRÓRIO	Debêntures	Real	mai-18	CDI	16,25%	(a)	107.883	180.000	287.883	314.111
METRÓRIO	BB	Real	jul-17	CDI	17,57%	(a)	18.263	-	18.263	-
METRÓRIO	(-) Custo de captação	Real	mar-18	-	-	-	(1.442)	(257)	(1.699)	(2.120)
METROBARRA	Debêntures	Real	dez-29	TR	9,19%	(d)	17.269	1.000.710	1.017.979	982.506
METROBARRA	(-) Custo de captação	Real	dez-29	-	-	-	-	(2.023)	(2.023)	(2.036)
VIA040	BNDES	Real	nov/17 a out/24	TJLP	2% a 6%	(c)	978.827	8.138	986.965	983.980
VIA040	(-) Custo de captação	Real	nov/17 a out/24	-	-	-	(12.551)	-	(12.551)	(24.192)
							<u>1.715.001</u>	<u>6.960.049</u>	<u>8.675.050</u>	<u>8.668.643</u>
						Aplicação financeira vinculada	<u>-</u>	<u>(149.844)</u>	<u>(149.844)</u>	<u>(114.296)</u>
						Total dívida líquida	<u>1.715.001</u>	<u>6.810.205</u>	<u>8.525.206</u>	<u>8.554.347</u>

(a) Sem Garantia.

(b) Garantia de Projeto (representado pelo i)

(c) Fiança Bancária.

(d) Fiança ou Aval do Acionista.

(e) Fiança de uma subsidiária.

i Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.

(*) TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA

	Total circulante	Total não circulante	31/03/2017
Empréstimos	1.485.730	3.751.583	5.237.313
Debêntures	229.271	3.058.622	3.287.893
	<u>1.715.001</u>	<u>6.810.205</u>	<u>8.525.206</u>

	Total circulante	Total não circulante	31/12/2016
Empréstimos	1.337.684	3.916.928	5.254.612
Debêntures	231.789	3.067.946	3.299.735
	<u>1.569.473</u>	<u>6.984.874</u>	<u>8.554.347</u>

Empresas	31/12/2016	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Outros	Parte Relacionada	31/03/2017
			Principal	Juros *								
INVEPAR	-	-	-	7.195	6.515	-	34	-	1.494	-	(15.238)	-
LAMSA	424.829	-	(29.183)	(8.574)	8.574	-	33	-	(3.427)	-	-	392.252
CLN	39.176	-	(1.846)	(678)	309	-	-	-	-	114	-	37.075
CART	1.724.114	24.160	(58.537)	(38.291)	31.977	-	-	-	14.561	(20.957)	-	1.677.027
METRÓRIO	974.270	18.000	(65.212)	(25.177)	27.316	-	421	-	4.014	25.913	12.847	972.392
METROBARRA	980.470	-	-	(6.395)	41.868	-	13	-	-	(20.239)	-	995.717
GRUPAR	3.565.996	41.436	(3.750)	(71.292)	93.046	501	236	-	-	-	-	3.626.173
VIA040	959.788	-	(316)	(19.044)	5.332	25.932	2.685	-	37	-	-	974.414
Total dívida	<u>8.668.643</u>	<u>83.596</u>	<u>(158.844)</u>	<u>(162.256)</u>	<u>214.937</u>	<u>26.433</u>	<u>3.422</u>	<u>-</u>	<u>16.679</u>	<u>(15.169)</u>	<u>(2.391)</u>	<u>8.675.050</u>
Aplicações financeiras	(114.296)											(149.844)
Dívida líquida	<u>8.554.347</u>											<u>8.525.206</u>

Empresas	31/12/2015	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Baixa por alienação	Parte Relacionada	31/12/2016
			Principal	Juros *								
INVEPAR	2.088.145	-	(2.059.424)	(47.533)	402.447	-	7.325	-	-	-	(390.960)	-
LAMSA	424.189	50.000	(38.642)	(38.997)	42.860	-	205	-	(14.786)	-	-	424.829
CLN	44.972	-	(6.072)	(1.566)	1.842	-	-	-	-	-	-	39.176
CART	1.782.118	30.000	(155.710)	(156.530)	135.202	-	-	-	89.034	-	-	1.724.114
METRÓRIO	1.058.468	550.000	(569.549)	(170.655)	110.574	180	-	(1.292)	(16.303)	-	12.847	974.270
METROBARRA	598.783	932.861	(600.794)	(49.452)	64.468	32.953	8.369	(6.718)	-	-	-	980.470
LAMBRA	1.530.037	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.530.037)	-	-
GRUPAR	3.378.600	101.321	(1.000)	(312.622)	392.079	7.618	-	-	-	-	-	3.565.996
VIA040	780.783	160.479	(1.266)	(51.921)	30.553	97.740	-	(56.580)	-	-	-	959.788
Total dívida	<u>11.686.095</u>	<u>1.824.661</u>	<u>(3.432.457)</u>	<u>(829.276)</u>	<u>1.180.025</u>	<u>138.491</u>	<u>15.899</u>	<u>(64.590)</u>	<u>57.945</u>	<u>(1.530.037)</u>	<u>(378.113)</u>	<u>8.668.643</u>
Aplicações financeiras	(108.373)											(114.296)
Dívida líquida	<u>11.577.722</u>											<u>8.554.347</u>

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2018	368.017
2019	408.718
2020	514.145
2021	691.257
2022	779.706
2023	827.662
2024	852.445
2025	511.721
2026	412.936
2027	353.373
2028 em diante	<u>1.090.227</u>
	<u>6.810.205</u>

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD	$\geq 1,3$	Anual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral*
		EBITDA/DFL	$\geq 1,5$	Trimestral*
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD	$\geq 1,2$	Semestral
		PL/AT	$> 20\%$	Semestral
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF) BNDES	ICSD	≥ 1	Anual
		EBITDA/RF **	≥ 2	Anual
INVEPAR	Debêntures e Nota Promissória	CS/(CS+DL)	$\geq 25\%$	Anual
		ICSD	$\geq 1,3$	Anual
METROBARRA	3ª Emissão de debêntures	DL/EBITDA	$\geq 7,5$	Anual até dez/2017
		DL/EBITDA	$\geq 6,5$	Anual até dez/2018
		DL/EBITDA	$\geq 5,5$	Anual até dez/2019
		DL/EBITDA	$\geq 4,5$	Anual até dez/2020
		DL/EBITDA	$\geq 3,5$	Anual até dez/2021
		DL/EBITDA	≥ 3	Anual até dez/2022
		DL/EBITDA	$\geq 2,5$	Anual até dez/2023
		DL/EBITDA	≥ 2	Anual a partir de jan/2024

(*) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

(**) Resultado financeiro líquido

Em 31 de março de 2017, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos ou debêntures foram atendidas.

INVEPAR

Em 15 de outubro de 2015, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos e sob o regime misto de colocação, mediante a emissão de 200.000 debêntures da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.000.000 e tendo vencimento em 15 de outubro 2024. Parte dos recursos obtidos foi utilizada para o pré-pagamento de dívidas existentes - 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, 1ª e 2ª Emissões de Notas Promissórias Comerciais da Companhia e de Cédulas de Crédito Bancário - no montante equivalente a R\$1.200.000, acrescidos dos juros correspondentes até a presente data e, a outra parte, para a realização de investimentos, direta ou indiretamente, em empresas nas quais a INVEPAR possui participação acionária.

Em 29 de dezembro de 2016, a INVEPAR efetuou o resgate antecipado de 168.626 debêntures da sua 3ª emissão de debêntures, com pagamento total de R\$2.106.957. O restante da emissão foi adquirido pela LAMBRA no mercado secundário pagando o montante de R\$390.960 pelas 31.374 debêntures, de forma que essas debêntures estão mantidas em tesouraria no grupo INVEPAR, não integrando o endividamento consolidado.

GRU AIRPORT

a) Em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

b) Em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente a 2ª emissão.

c) Em 28 de abril de 2016, GRU AIRPORT utilizou o montante de R\$51.000 da conta garantida, com a finalidade de limite de crédito rotativo, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobrepreço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários.

LAMSA

a) Em 07 de agosto de 2015, a LAMSA captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD14,320 sendo o dólar de início USD3,49 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 3,2980% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Itaú BBA Internacional PLC. O prazo de vencimento do empréstimo é de três anos, contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de agosto de 2018.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 10 de fevereiro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

b) Em 14 de março de 2016, a LAMSA captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD13,736 sendo o dólar de início USD3,64 equivalente a R\$50.000. O empréstimo terá remuneração de 5,1615% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Banco Santander (Brasil) S.A..

O prazo de vencimento do empréstimo é de quatro anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de março de 2020.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 14 de setembro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal ocorrerá a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, após o período de carência.

METRÔRIO

a) Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36,389, em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313 a.a., pagos em parcela única. Parte do principal foi pago em 11 de março de 2016.

b) Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre o METRÔRIO e o Citibank N.A., no valor US\$37,736 perfazendo o montante de R\$140.000.000 (Cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000 a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal será a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018.

c) Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos do METRÔRIO.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

d) Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos do METRÔRIO.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada pelo BB – Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures era de 18 meses contados da Data de Emissão, foi liquidado em 19 de maio de 2016.

e) Em 16 de maio de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 9ª Emissão de Notas Promissórias, com Esforços Restritos do METRÔRIO, em regime de garantia firme.

As Notas Promissórias foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada ao METRÔRIO pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de maio de 2016, e composta por 200 Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$500, perfazendo o montante de R\$100.000. O prazo de vencimento das Debêntures era de 180 dias contados da Data de Emissão, liquidado em 21 de novembro de 2016.

f) Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos do METRÔRIO, em regime de garantia firme.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada ao METRÔRIO pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de novembro de 2016, e composta por 10.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o montante de R\$100.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 16 de maio de 2018.

g) Em 8 de março de 2012 foi celebrado o contrato de abertura de crédito nº 330.900.489 com o Banco do Brasil S.A. que previa um limite de crédito de R\$18.000. Com vencimento em 08 de fevereiro de 2012, o contrato é prorrogado por períodos de 90 dias, sendo o próximo vencimento em 7 de julho de 2017. Em 6 de fevereiro de 2017, com objetivo de atender a demanda de fluxo de caixa, foi liberado o crédito de R\$ 18.000. Os juros incidirão sobre o saldo devedor, calculados hoje à taxa de 144,87% do CDI a serem debitados mensalmente no último dia útil de cada mês.

CART

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2017 é de R\$49.327 (R\$50.529 em 31 de dezembro de 2016).

Em 10 de fevereiro de 2011, a CART assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior. A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938. Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP. O crédito foi posto à disposição da CART a medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do

montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de março de 2017 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2016), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

A CART possui conta garantida no Bradesco no limite de R\$30.000, sobre o montante da dívida incidem juros à taxa CDI + 0,5% a.m. Em 31 de março de 2017, o montante no passivo circulante é de R\$24.481.

VIA040

a) Em 10 de setembro de 2014, a VIA040 firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

Originalmente, o principal e o juros da dívida seriam pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, que vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016 e depois para 15 de maio de 2017.

A VIA040 renegociou com o BNDES novo prazo de vencimento para 15 de novembro de 2017, com inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que cumpra determinados requisitos firmados entre as partes. A partir de 15 de maio de 2017, a VIA040 encerrará o período de carência do financiamento e, conforme o novo acordo, iniciará a amortização do principal do saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, no valor de 1/240 do saldo devedor, no período compreendido entre 15 de junho de 2017 (inclusive) e 15 de outubro de 2017 (inclusive), juntamente com as prestações dos juros incorridos em cada período. Os juros incididos após o dia 15 de novembro de 2016 estão sendo pagos mensalmente desde dia 15 de dezembro de 2016.

As liberações ocorridas, referentes aos subcréditos A e B, foram as seguintes:

Subcrédito	Data	Montante
A	22 de setembro de 2014	R\$322.000
	26 de dezembro de 2014	R\$190.000
	22 de maio de 2015	R\$117.000
	27 de agosto de 2015	R\$22.814
	24 de setembro de 2015	R\$65.403
B	25 de janeiro de 2016	R\$83.085
	27 de janeiro de 2016	R\$77.394

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da VIA040 para com o BNDES, a INVEPAR, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações que detêm da VIA040 como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de março de 2017, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela VIA040 com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de

Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da VIA040 e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da VIA040, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$10.000 ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.

METROBARRA

a) Em 22 de dezembro de 2015, o METROBARRA realizou a quarta emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R\$600.000.

Tais debêntures não eram conversíveis em ações e não possuíam cláusula de repactuação. As debêntures foram remuneradas a CDI + 3,5% ao ano, e tinha vencimento em 21 de maio de 2016 e eram garantidas pela alienação fiduciária das ações do METROBARRA.

Em 12 de maio de 2016, o METROBARRA assinou junto à CEF o boletim de subscrição para emissão de debêntures no montante de R\$932.861, no qual o principal objetivo é a quitação das debêntures no montante de R\$600.000.

Em 13 de maio de 2016, os recursos foram liberados pela CEF, equalizando assim, a estrutura de capital do METROBARRA.

Em 21 de junho de 2016, o METROBARRA cumpriu as condições precedentes de desbloqueio comprovando que todos os valores da 1ª liberação foram desembolsados conforme as regras da escritura das debêntures e com isso conseguiu a liberação de R\$900.100 para conta de livre movimentação, equalizando assim, a estrutura de capital do METROBARRA.

Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reclassificou as aplicações financeiras vinculadas a dívida no montante de R\$149.844 conforme abaixo:

METRÔRIO

- R\$4.712, referem-se à aplicação em fundo de investimento junto a instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES.
- R\$15.860, refere-se à aplicação em CDB junto a Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010.

CLN

- R\$2.047, referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil e mantidas até o vencimento pela controlada CLN por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

CART

- R\$79.658, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a controlada CART deve constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” até agosto de 2013; (ii) 7 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 98,0% a 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 95,0% a 102,5% do CDI).

- R\$27.328, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a CART deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

METROBARRA

- R\$20.239, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada nos termos da Escritura de Emissão da 3ª emissão debêntures, que determinam que o METROBARRA deva constituir uma conta reserva, até um mês antes, da data do primeiro pagamento de principal, juros e/ou eventuais acessórios, o que ocorrer primeiro, das Debêntures. Está aplicação é uma CDB e está indexada pelo CDI em 90% com vencimento em 18 de março de 2019.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	31/12/2016	Outorga Variável		Outorga Fixa			31/03/2017
		Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Pagamento	
Outorga METRÓRIO (a)	1.824	-	-	(51)	-	-	1.773
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.249.535	-	-	6.240	13.662	(1.534)	1.267.903
Outorga CART (c)	437	1.211	(1.224)	-	-	-	424
Circulante	1.251.796	1.211	(1.224)	6.189	13.662	(1.534)	1.270.100
Outorga METRÓRIO (a)	52.094	-	-	1.618	-	(339)	53.373
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.747.091	46.615	-	189.398	56.419	-	12.039.523
Não Circulante	11.799.185	46.615	-	191.016	56.419	(339)	12.092.896
Total	13.050.981	47.826	(1.224)	197.205	70.081	(1.873)	13.362.996

	Outorga Variável			Outorga Fixa			31/12/2016	
	31/12/2015	Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência		Pagamento
Outorga METRÔRIO (a)	2.171	-	-	(347)	-	-	-	1.824
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.216.367	147.162	(183.541)	73.515	41.018	1.099.760	(1.144.746)	1.249.535
Outorga CART (c)	415	4.800	(4.778)	-	-	-	-	437
Circulante	1.218.953	151.962	(188.319)	73.168	41.018	1.099.760	(1.144.746)	1.251.796
Outorga METRÔRIO (a)	47.651	-	-	6.007	-	-	(1.564)	52.094
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.648.477	-	-	811.773	386.601	(1.099.760)	-	11.747.091
Não Circulante	11.696.128	-	-	817.780	386.601	(1.099.760)	(1.564)	11.799.185
Total	12.915.081	151.962	(188.319)	890.948	427.619	-	(1.146.310)	13.050.981

(a) O saldo referente ao METRÔRIO no montante de R\$1.773 refere-se:

1. Ônus da concessão assumido no processo de licitação no montante de R\$933 (R\$960 em 31 de dezembro de 2016), repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

2. O valor de R\$840 (R\$864 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do METRÔRIO até janeiro de 2038.

O valor de R\$53.373 (R\$52.094 em 31 de dezembro de 2016), líquido do montante penhorado da renda e já depositado judicialmente, no valor total de R\$57.684 (R\$56.293 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2014, o METRÔRIO recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e Estação General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (RIOTRILHOS) e Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, o METRÔRIO mantém a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

(b) Pela assinatura do contrato de concessão, a controlada GRU AIRPORT se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes, os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil).

Além da contribuição fixa, a controlada GRU AIRPORT também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela controlada GRU AIRPORT exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Durante o exercício de 2016, GRU AIRPORT não realizou a composição da Conta Reserva prevista nos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, firmados junto ao BNDES e Bancos Repassadores e nas escrituras da 1ª e da 2ª emissão de debêntures da Concessionária, uma vez que a obrigação de pagamento da Outorga Fixa poderia ser postergada de julho de 2016 para dezembro de 2016. Esta decisão considerou: (i) a Nota Técnica ANAC 33/2015/GERE/SRA que reconhece direito de compensação em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC nº 121/2012; (ii) protocolo realizado em 19 de abril de 2016, pela Concessionária à ANAC pedindo revisão extraordinária, solicitando como compensação do desequilíbrio reconhecidamente suportado pela Concessionária na referida Nota Técnica ANAC 33/2015/GERE/SRA, a prorrogação de julho para dezembro do vencimento da Outorga Fixa devida para o ano de 2016; (iii) o pleito realizado em 29 de abril de 2016 pela associação de Classe ANEAA (Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos) para postergação do pagamento da Outorga Fixa dos aeroportos concedidos à iniciativa privada.

No dia 20 de maio de 2016, a GRU AIRPORT propôs ao BNDES e Repassadores: (i) a constituição parcelada da Conta Outorga Fixa, sendo R\$ 205.000 no aceite da proposta e complemento de R\$145.000 até 30 de junho de 2016; e (ii) amortização parcial da Outorga Fixa, utilizando o saldo total da Conta Outorga Fixa em 11 de julho de 2016, no montante R\$350.000, além de pagamentos mensais de R\$145.000 no final de cada mês até novembro com pagamento do saldo remanescente em dezembro de 2016. Tal proposta foi aceita pelo BNDES em 7 de junho de 2016, desta forma GRU AIRPORT incorreu o pagamento adicional de juros no montante de R\$38.535, de acordo com a cláusula 2.16 do Contrato de Concessão.

Em 30 de outubro de 2014, GRU AIRPORT protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC 121, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada, entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na decisão nº 191 da ANAC a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.744
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal, e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado ente abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

(c) A partir de 1º de novembro de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta da CART foi reduzido de 3%, para 1,5%, conforme deliberação do Conselho Diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP). O pagamento ocorre mensalmente.

15. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza do risco	Consolidado				
	31/12/2016	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/03/2017
Trabalhistas	20.854	1.201	(648)	710	22.117
Cíveis	12.048	799	(581)	555	12.821
Tributários	2.525	542	(4)	1	3.064
Outros	3.172	225	1.093	6	4.496
Total	38.599	2.767	(140)	1.272	42.498

a) Riscos trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário, metroviário e aeroportuário.

c) Riscos tributários

A controlada METRÔRIO optou pelo contingenciamento dos valores da ação judicial referente a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado.

d) Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são rés em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

Natureza do risco	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhistas	34.009	41.706
Cíveis	79.873	72.368
Tributários	3.587	1.514
Ambientais	411	389
Total	117.880	115.977

A Controlada METRÔRIO possui como principais causas trabalhistas, no montante de R\$9.344: sucessão, acidente de trabalho, periculosidade, horas extras, equiparação e reversão por justa causa; e como causas cíveis: sucessão, terceirização e superlotação.

A Controlada GRU AIRPORT possui Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, de natureza tributária, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

e) Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Do montante de R\$75.935, o saldo principal de R\$47.569 refere-se a controlada METRÔRIO, que possui bloqueios judiciais no montante de R\$2.107 em 31 de março de 2017 (R\$2.367 em 31 de dezembro de 2016) e valores relacionados à depósitos judiciais para causas não consideradas de desembolso futuro provável, conforme discriminados abaixo:

Depósitos recursais

Em 31 de março de 2017, o METRÔRIO possuía R\$24.935 em depósitos recursais (R\$25.532 em 31 de dezembro de 2016).

Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra o METRÔRIO, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ), nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma o METRÔRIO interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 31 de março de 2017 é de aproximadamente R\$28.645 (R\$30.183 em 31 de dezembro de 2016), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de março de 2017, o montante penhorado da renda e já depositado judicialmente é de R\$20.527 (R\$20.513 em 31 de dezembro de 2016).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$3.351.958, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais. O capital social autorizado da Companhia é de R\$3.410.494.

As composições acionárias da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão assim constituída:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Construtora OAS S.A.	1	-	1	0,00
OAS Infraestrutura S.A.	35.764.280	69.117.380	104.881.660	24,44
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	<u>35.764.281</u>	<u>71.528.561</u>	<u>107.292.842</u>	<u>25,00</u>
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de março de 2017 e 2016 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
	(Reapresentado)	
Receita de pedágio	281.638	236.032
Receita com passagens	189.471	200.856
Receitas de aeronaves e passageiros	220.962	154.557
Receita com armazenagem e capatazia	120.081	84.694
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	226.008	232.982
Outras receitas	2.951	2.496
Impostos, deduções e cancelamentos	(174.763)	(87.205)
Receita de serviços	866.348	824.412
Receita de construção	70.936	162.619
Receita total	937.284	987.031

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
	(Reapresentado)			
Pessoal e encargos	(15.170)	(13.403)	(158.114)	(144.173)
Conservação e manutenção	(730)	(585)	(59.237)	(63.268)
Comunicação, marketing e publicidade	(446)	(66)	(3.371)	(2.665)
Seguros e garantias	(36)	(29)	(7.903)	(4.569)
Serviços de terceiros	-	-	(15.672)	(14.593)
Veículos	(15)	(14)	(4.150)	(4.045)
Consultoria e assessoria	(3.782)	(2.634)	(10.522)	(10.529)
Aluguéis e impostos	(865)	(744)	(14.291)	(12.975)
Energia elétrica	-	-	(33.297)	(43.671)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa e riscos	-	-	(28.822)	(3.449)
Serviços compartilhados	13.744	11.542	-	-
Provisão de manutenção	-	-	(5.819)	(1.826)
Outorga variável	-	-	(47.057)	(46.751)
Depreciação e amortização	(1.465)	(5.877)	(279.507)	(258.732)
Custo de construção	-	-	(70.408)	(160.157)
Outros	(887)	(975)	(43.070)	(53.226)
	(9.652)	(12.785)	(781.240)	(824.629)
Custo de serviços prestados	-	-	(564.081)	(552.807)
Custo de construção	-	-	(70.408)	(160.157)
Despesas gerais e administrativas	(9.652)	(12.785)	(146.751)	(111.665)
	(9.652)	(12.785)	(781.240)	(824.629)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras				(Reapresentado)
Juros ativos	3.815	9.570	5.936	4.638
Juros sobre aplicações financeiras	11.658	3.331	29.573	23.865
Juros sobre debêntures	-	-	1	-
Operações de Hedge	266	2.450	266	2.450
Variação monetária ativa	276	199	1.031	1.185
Variações cambiais ativas	-	-	7.739	24.909
Total receitas financeiras	16.015	15.550	44.546	57.047
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(1.953)	(8.851)	(7.690)	(13.709)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(1)	(114.096)	(111.450)
Operações de hedge	(322)	-	(16.720)	(35.422)
Variação monetária passiva	-	-	(19.398)	(44.282)
Variações cambiais passivas	(203)	-	(2.943)	(3.363)
Juros sobre debêntures	(15.204)	(119.558)	(98.157)	(205.371)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	(195.638)	(297.279)
Outros	(169)	(22)	(2.037)	(8.295)
Total despesas financeiras	(17.851)	(128.432)	(456.679)	(719.171)
Total resultado financeiro	(1.836)	(112.882)	(412.133)	(662.124)

(*) A Concessionária se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA. A atualização da outorga referente a 31 de março de 2017 totaliza R\$265.719 dos quais R\$70.081 foram capitalizadas ao intangível e R\$195.638 foram registradas como despesa financeira do período.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de março de 2017 e 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2017			31/03/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(45.934)	(91.881)	(137.815)	(104.630)	(209.291)	(313.921)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,321)	(0,321)		(0,731)	(0,731)	

	31/03/2017			31/03/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(45.934)	(91.881)	(137.815)	(104.630)	(209.291)	(313.921)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	(305)	(611)	(916)	(306)	(612)	(918)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(46.239)	(92.492)	(138.731)	(104.936)	(209.903)	(314.839)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(0,323)	(0,323)		(0,734)	(0,734)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

A coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações. Em GRUPAR, a ACSA (*Airports Company South Africa*) aumentou sua participação de 10% para 20% do capital em outubro de 2015. Conforme demonstrado no cálculo de diluição acima, há diferença entre o cálculo do resultado por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 31 de março de 2017, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Vencimento	
INVEPAR/METRÔRIO/CART/LAMSA/CLN/ LAMBRA/GRU/AIRPORT/GRUPAR/PEX/ INSTITUTO INVEPAR/METROBARRA	D&O	100.000.000	20/03/2017	20/03/2018	XL Seguros
INVEPAR/METRÔRIO/CART/LAMSA/CLN/ METROBARRA/VIA040	RO	280.000.000	01/08/2016	01/08/2017	BRASESCO
INVEPAR/METRÔRIO/CART/LAMSA/CLN/ VIA040/METROBARRA/PEX	RCG	100.000.000	01/08/2016	01/08/2017	TOKIO MARINE
INVEPAR	COMPREENSIVO EMPRESARIAL	11.900.000	23/01/2017	23/01/2018	FAIRFAX
METRÔRIO	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/12/2016	31/12/2017	SURA
METRÔRIO	TRANS.NAC.	4.000.000	28/02/2017	28/02/2018	SURA
METRÔRIO	TRANS.INT.IMP.	3.000.000	28/02/2017	28/02/2018	SURA
METRÔRIO	SEGURO GARANTIA	1.908.898	27/10/2015	27/10/2017	BERKLEY
METRÔRIO	SEGURO GARANTIA	35.033	22/02/2016	22/02/2019	TOKIO MARINE
METRÔRIO	SEGURO GARANTIA	78.192	22/02/2016	22/02/2018	TOKIO MARINE
METRÔRIO	SEGURO GARANTIA	5.892.820	14/07/2016	14/07/2017	TOKIO MARINE
METRÔRIO	SEGURO GARANTIA	1.177.445	18/11/2015	18/11/2017	TOKIO MARINE
METRÔRIO	SEGURO GARANTIA	159.397	16/02/2015	16/02/2018	TOKIO MARINE
METRÔRIO	SEGURO GARANTIA	898.593	22/11/2016	22/11/2019	POTENCIAL
METRÔRIO	SEGURO GARANTIA	817.392	22/11/2016	22/11/2019	POTENCIAL
METRÔRIO	SEGURO GARANTIA	422.392	22/11/2016	22/11/2019	POTENCIAL
LAMSA / INVEPAR	AUTO FROTA	TABELA FIPE	29/11/2016	29/11/2017	ITAÚ
LAMSA	G. CONCESSÃO	22.528.387	18/12/2016	18/12/2017	AUSTRAL
CART	G. CONCESSÃO	46.394.157	16/03/2017	16/03/2018	POTTENCIAL
CART	G. CONCESSÃO	134.688.837	16/03/2017	16/03/2018	POTTENCIAL
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	24/11/2016	24/11/2017	ITAÚ
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	20/10/2016	20/10/2017	ITAÚ
CLN	G. CONCESSÃO	5.991.681	23/02/2017	23/02/2018	POTENCIAL
GRU AIRPORT	RD/Caminhão	DIVERSOS	24/05/2016	24/05/2017	ALLIANZ
GRU AIRPORT	RO	1.600.000.000	24/05/2016	24/05/2017	TOKIO
GRU AIRPORT	RC AEROP.	500.000.000	24/05/2016	24/05/2017	MAPFRE
GRU AIRPORT	G. CONCESSÃO	571.450.229	04/06/2016	04/06/2017	BTG PACTUAL
GRU AIRPORT	EQUIPAMENTOS	10.443.645	24/05/2016	24/05/2017	ALLIANZ
VIA040	G. EXEC.	505.133.917	20/03/2017	20/03/2018	BANCO FATOR
VIA040	ALMOXARIFADO	6.480.000	21/01/2017	20/01/2018	MTSUI SUMITOMO
VIA040	ALMOXARIFADO	1.750.000	08/03/2017	09/03/2018	PORTO SEGURO
VIA040	MULTIRISCO	5.108.100	16/10/2016	16/10/2017	MTSUI SUMITOMO
VIA040	MULTIRISCO	500.000	20/08/2016	20/08/2017	MTSUI SUMITOMO
VIA040	FIANÇA LOCATÍCIA	460.084	28/08/2016	28/08/2017	POTTENCIAL SEGURADORA
VIA040	FROTA	TABELA FIPE	18/09/2016	18/09/2017	LIBERTY SEGUROS
VIA040	EQUIPAMENTOS	684.000	23/09/2016	23/09/2017	SOMPO SEGUROS
CBN	RO	200.000	17/08/2016	17/08/2017	XL Seguros
CBN	RCG	30.000.000	17/08/2016	17/08/2017	HDI Gerling
CBN	G. CONC.	32.082.400	18/08/2016	18/08/2017	AUSTRAL
CBN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	30/09/2016	30/09/2017	TOKIO
CBN	D&O	40.000.000	08/04/2017	08/04/2018	AXA
CRA	SEGURO GARANTIA	31.843.392	04/12/2016	04/12/2017	BANCO FATOR
CRA	RCG	30.000.000	29/06/2016	29/06/2017	HDI Gerling
CRA	RO	162.000.000	29/06/2016	29/06/2017	XL Seguros
CRA	D&O	20.000.000	08/06/2016	08/06/2017	AXA
CRT	RO	65.000.000	11/07/2016	11/07/2017	HDI Gerling
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/08/2016	31/08/2017	LIBERTY
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/01/2017	30/01/2018	TOKIO
CRT	SEGURO GARANTIA	27.535.080	22/11/2016	22/11/2017	FATOR
CRT	RCG	7.000.000	12/09/2016	12/09/2017	FAIRFAX
VIARIO	D&O	20.000.000	21/10/2016	21/10/2017	XL Seguros
VIARIO	RO	410.812.000	09/07/2016	09/07/2017	XL Seguros
VIARIO	RCG	66.156.000	09/07/2016	09/07/2017	HDI Gerling
VIARIO	G. OBRIG.	48.763.592	15/07/2016	15/07/2017	J.MALUCELLI
VIARIO	RE	1.703.729.529	14/11/2012	14/11/2017	ZURICH
VLT	RO	551.000.000	25/07/2016	25/07/2017	ACE
VLT	RCG	100.000.000	04/06/2016	04/06/2017	TOKIO
VLT	D&O	50.000.000	31/03/2017	31/03/2018	ZURICH
VLT	RE	1.402.800	08/11/2016	08/11/2018	ZURICH
VLT	G.EXEC.	213.118.515	23/06/2016	23/06/2017	J.MALUCELLI
METROBARRA	RE	16.000.000	16/10/2013	31/12/2017	ITAÚ
METROBARRA	RCOBRAS	11.000.000	31/12/2016	30/06/2017	CHUBB
METROBARRA	GARANTIA	25.185.247	25/07/2014	30/12/2017	SWISS RE

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos financeiros	Controladora			
	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	95	-	7.391	-
Aplicações financeiras	370.902	-	458.551	-
Partes relacionadas	-	165.770	-	151.224
Dividendos e JSCP propostos	-	19.175	-	20.410
Total do ativo	370.997	184.945	465.942	171.634
Passivos				
Fornecedores	-	4.745	-	4.341
Partes relacionadas	-	1.568	-	1.568
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	406.198	-	390.960
Dividendos e JSCP propostos	-	22.842	-	22.842
Obrigações com empregados e administradores	-	21.141	-	17.126
Total do passivo	-	456.494	-	436.837
Instrumentos financeiros	Consolidado			
	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	175.556	-	196.372	-
Aplicações financeiras	760.158	-	692.939	-
Contas a receber	-	343.838	-	350.557
Partes relacionadas	-	101.001	-	98.655
Total do ativo	935.714	444.839	889.311	449.212
Passivos				
Fornecedores	-	210.202	-	260.561
Partes relacionadas	-	8.666	-	8.666
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	8.525.206	-	8.554.347
Instrumentos financeiros derivativos	28.801	-	42.071	-
Dividendos e JSCP propostos	-	24.073	-	24.073
Concessão de serviço público	-	13.362.996	-	13.050.981
Total do passivo	28.801	22.131.143	42.071	21.898.628

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

• *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

• *Empréstimos, financiamentos*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo, exceto nas Controladas CART e GRU AIRPORT, as debêntures em 31 de março de 2017 tinham, respectivamente, os valores de R\$ 884.370 e R\$ 661.364 (R\$978.247 e 639.142 em 31 de dezembro de 2016).

• *Concessão de serviço público*

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 5.

d) Risco de taxa de câmbio

O grupo gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política do grupo negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. O grupo mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados.

Em 31 de março de 2017, METRÔRIO e LAMSA possuíam operações com instrumento financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo. O METROBARRA liquidou as NDF's em 27 de janeiro e 22 de fevereiro de 2017.

Em aberto

METROBARRA

31/12/2016							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	22/02/2017	1.500	Dólar	3,52	(328)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/08/2016	27/01/2017	3.000	Dólar	3,47	(583)
Passivo circulante							<u>(911)</u>

METRÔRIO

31/03/2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	11/03/2016	12/03/2018	120.000	Dólar	-	(19.558)
Passivo circulante							<u>(19.558)</u>

31/12/2016							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	-	12/03/2018	140.000	Dólar	-	(31.764)
Passivo circulante							<u>(31.764)</u>

METRÓRIO

31/03/2017

Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	11/03/2016	13/03/2017	140.000	Dólar	-	(21.477)
							<u>(21.477)</u>

31/12/2016

Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	11/11/2016	25/01/2016	21	Euro	4,46	6
NDF - Contrato de compra de moeda futura	Santander	18/01/2016	26/02/2016	229	Euro	4,45	(23)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	11/11/2016	25/02/2016	10	Euro	4,40	2
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	18/01/2016	08/03/2016	62	Euro	4,14	(20)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	11/11/2016	28/03/2016	17	Euro	4,12	(2)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	18/01/2016	15/04/2016	67	Euro	4,52	(38)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	11/11/2016	25/04/2016	70	Euro	4,28	(18)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	11/11/2016	25/05/2016	381	Euro	4,33	(141)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	18/01/2016	15/06/2016	67	Euro	4,62	(48)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	11/11/2016	27/06/2016	740	Euro	4,37	(457)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	30/09/2016	30/06/2016	261	Euro	4,85	(324)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	19/02/2016	30/06/2016	198	Euro	4,70	(216)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	11/11/2016	25/07/2016	11	Euro	4,05	(9)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	18/01/2016	15/08/2016	67	Euro	4,71	(79)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	19/02/2016	29/07/2016	1.360	Euro	4,05	(1.510)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	18/01/2016	17/10/2016	603	Euro	4,81	(184)
SWAP	CITIBANK	-	11/03/2016	85.000	Dólar	-	25.401
							<u>22.340</u>

LAMSA

31/03/2017

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	SANTANDER	10/03/2015	14/09/2016	50.000	Dólar	3,1541	(3.760)
							<u>(3.760)</u>

f) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

31 de março de 2017	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.715.001	2.761.842	4.048.363	8.525.206
Fornecedores	204.612	5.590	-	210.202
Concessão de serviço público	1.270.100	-	12.092.896	13.362.996

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	10,38%	7,79%	5,19%
DI Ativo (% ao ano)	10,65%	7,99%	5,33%
DI Passivo (% ao ano)	10,65%	13,31%	15,98%
TR Ativo (% ao ano)	1,04%	0,78%	0,52%
TR Passivo (% ao ano)	1,04%	1,30%	1,56%
TJLP (% ao ano)	7,12%	8,90%	10,68%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$3,25	R\$2,44	R\$1,63
Taxa Câmbio Passivo (R\$/US\$)	R\$3,25	R\$4,06	R\$4,88
IPCA Ativo (% ao ano)	4,10%	3,08%	2,05%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,10%	5,13%	6,15%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de março de 2017, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

g.1) Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÓRIO	Equivalente de caixa	DI	16.569	1.765	1.323	882
METRÓRIO	Aplicações Financeiras	DI	49.498	5.272	3.954	2.636
CLN	Aplicações Financeiras	DI	1.560	166	125	83
CART	Equivalente de caixa	DI	4.181	445	334	223
GRU AIRPORT	Equivalente de caixa	DI	110.401	11.758	8.818	5.879
GRU AIRPORT	Aplicações Financeiras	DI	271.064	28.868	21.651	14.434
GRUPAR	Equivalente de caixa	DI	91	10	7	5
INVEPAR	Aplicações Financeiras	DI	19.184	2.043	1.532	1.022
LAMSA	Equivalente de caixa	DI	19.843	2.113	1.585	1.057
LAMBRA	Aplicações Financeiras	DI	4.456	475	356	237
METROBARRA	Equivalente de caixa	DI	4.129	440	330	220
METROBARRA	Aplicações Financeiras	DI	43.276	4.609	3.457	2.304
VIA040	Aplicações Financeiras	DI	12.745	1.357	1.018	679
			556.996	59.320	44.490	29.660
Fundo Mover						
Certificados de Depósito Bancário CDB		DI	133.598	14.228	10.671	7.114
Letras financeiras do tesouro		SELIC	224.334	23.286	17.464	11.643
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional		IPCA	1.332	55	41	27
			359.264	37.569	28.176	18.784

g.2) Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÓRIO	BNDES	TJLP	272.157	19.378	24.222	29.066
METRÓRIO	FINEP	TJLP	2.673	190	238	285
METRÓRIO	Financiamento CAIXA	TR	249.177	2.591	3.239	3.887
METRÓRIO	Debênture	DI	286.184	30.479	38.098	45.718
METRÓRIO	CITIBANK	DI	102.682	10.936	13.670	16.403
METRÓRIO	BB	DI	18.263	1.945	142	95
LAMSA	Debênture	TR	327.640	3.407	4.259	5.111
LAMSA	Empréstimo	DI	64.612	6.881	840	1.008
CART	BNDES	TJLP e TRB	740.082	52.694	65.867	79.041
CART	Debênture	IPCA	957.902	39.274	49.092	58.911
METROBARRA	Debênture	DI	1.015.956	108.199	135.249	162.299
GRU AIRPORT	Empréstimo	TJLP	2.878.823	204.972	256.215	307.458
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	747.350	30.641	38.302	45.962
CLN	Empréstimo	DI	37.135	386	4.944	5.932
VIA040	Empréstimo	TJLP	974.414	69.378	86.723	104.067
TOTAL			<u>8.675.050</u>	<u>581.352</u>	<u>721.101</u>	<u>865.245</u>
Aplicações financeiras vinculadas		DI	(149.844)	(15.958)	(19.948)	(23.938)
Total			<u>8.525.206</u>	<u>565.394</u>	<u>701.153</u>	<u>841.308</u>

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.525.206	8.554.347
Obrigações com poderes concedentes	13.362.996	13.050.981
Caixa e equivalentes de caixa	(175.556)	(196.372)
Aplicações financeiras	(760.158)	(692.939)
Dívida líquida	<u>20.952.488</u>	<u>20.716.017</u>
Patrimônio líquido	2.319.206	2.579.255
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>23.271.694</u>	<u>23.295.272</u>

i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	31/03/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	175.556	-	175.556	-
Aplicações financeiras	760.158	-	760.158	-
Total	935.714	-	935.714	-
Empréstimos e financiamentos	5.237.313	-	5.237.313	-
Debêntures	3.287.893	-	3.287.893	-
Concessão de serviço público	13.362.996	-	13.362.996	-
Total	21.888.202	-	21.888.202	-

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	196.372	-	196.372	-
Aplicações financeiras	692.939	-	692.939	-
Total	889.311	-	889.311	-
Empréstimos e financiamentos	5.254.612	-	5.254.612	-
Debêntures	3.299.735	-	3.299.735	-
Concessão de serviço público	13.050.981	-	13.050.981	-
Total	21.605.328	-	21.605.328	-

• *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	48.523	205.798
Capitalização do resultado financeiro	26.433	31.659
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados no ativo intangível	70.081	140.225

23. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

METRÔRIO

Além dos contratos de fornecimento vigentes, o METRÔRIO também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e
- (ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

Em julho de 2013, foi assinado o contrato de operação e manutenção, firmado entre o METRÔRIO, METROBARRA, Concessionária RIO BARRA (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o METRÔRIO fica incumbido de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração do METRÔRIO para este serviço.

CART

O prazo da concessão da CART e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a CART assumiu os seguintes compromissos:

- a) Investimentos: (i) duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; (ii) construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; (iii) construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e (iv) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.
- b) Outorga fixa e variável: pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário.
- c) Garantias: (i) garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. (ii) garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento.
- d) Recursos financeiros: obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

LAMSA

Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados na medida em que são prestados:

<u>Contratado</u>	<u>Serviço</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Data assinatura</u>	<u>Prazo vigência</u>
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	149	10/11/2008	Indeterminado
Arjo	Segurança	65	31/03/2012	Indeterminado
Rizoma Engenharia	Serviços de Limpeza	312	30/08/2015	Indeterminado
Cerbera Prestação	Vigilância Patrimonial	46	31/03/2012	Indeterminado

A LAMSA não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

VIA040

A VIA040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da garantia de execução do contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A garantia de execução do contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da tarifa básica de pedágio. A VIA040, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da VIA040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da VIA040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

24. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 7 novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX conforme Nota explicativa nº 1.

Abaixo estão demonstrados os ativos e passivos reclassificados no período:

BALANÇO PATRIMONIAL

PEX

<u>ATIVO</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>31/03/2017</u>
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	2.636	Fornecedores	31
Contas a receber	473	Impostos a recolher	13
Impostos a recuperar	82	Obrigações com empregados e administradores	37
Adiantamentos	191	Adiantamentos de clientes	2.224
Outros	47	Outros	9
Total do ativo circulante	<u>3.429</u>	Total do passivo circulante	<u>2.314</u>
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Parte Relacionada	42	Partes relacionadas	26
Total do ativo não circulante	<u>42</u>	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	82
		Total do passivo não circulante	<u>108</u>
		Total do passivo	<u>2.422</u>
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	13.140
		Resultado acumulado	(11.329)
		Resultado do período	(762)
		Total do passivo não circulante	<u>1.049</u>
TOTAL	<u>3.471</u>	TOTAL	<u>3.471</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PEX

	<u>31/03/2017</u>
Receita líquida de serviços	-
Receita de construção	-
	<u>-</u>
Custo de serviços prestados	(324)
Custo de construção	-
Lucro bruto	<u>(324)</u>
Despesas gerais e administrativas	(485)
Outras receitas operacionais	<u>(3)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(812)
Receitas financeiras	94

25. OUTROS ASSUNTOS

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), com valor provisório atribuído de R\$ 450 milhões, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes.

A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contrapleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350 milhões.

Tanto CART quanto OAS indicaram os árbitros que poderão integrar o Corpo de Árbitros, os quais preencheram o Questionário de Conflitos de Interesse e Disponibilidade do CAM/CCBC.

Os referidos árbitros indicados, após a confirmação de suas indicações, escolherão um terceiro árbitro, o qual presidirá o Tribunal Arbitral.

Tendo em vista que a arbitragem ainda não foi instituída, reiteramos o posicionamento anteriormente informado de que “somente com as evidências apresentadas durante o curso desta, os advogados da CART terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da Requerente, pois nesse momento não há elementos suficientes para essa avaliação”.

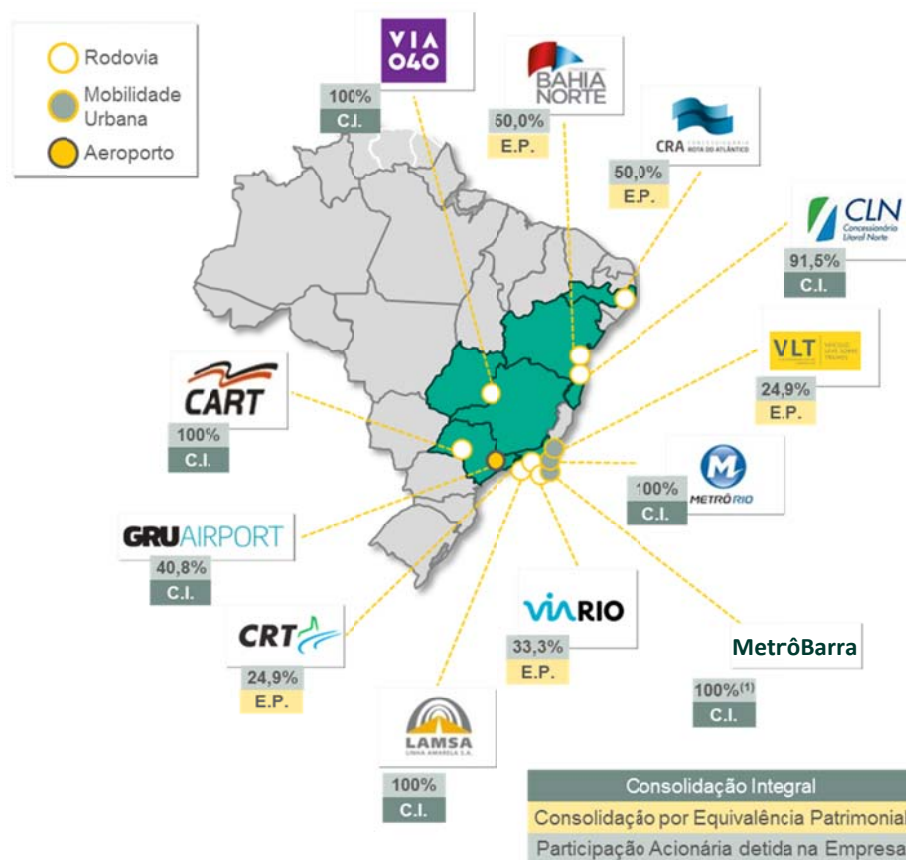
Rio de Janeiro, 11 de maio de 2017: Senhores acionistas, a Administração da Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete hoje à apreciação do mercado e de seus acionistas as Informações Trimestrais - ITR - relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017, acompanhado do relatório de revisão trimestral dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

A Invepar apresenta suas Informações Trimestrais - ITR - relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao primeiro trimestre de 2016 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma.

A seguir a ilustração que demonstra as participações que a Invepar detém nos ativos e o tratamento para efeitos de consolidação dos resultados, distinguindo entre a consolidação integral e a consolidação por equivalência patrimonial:



¹ Através da MetrôBarra, a Invepar tem a opção de comprar 100% das ações da Concessionária Rio Barra SA, que detém os direitos de construir, operar e manter a Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro. O processo de aquisição depende de condições precedentes. Até então, a MetrôBarra (100% subsidiária da Invepar) fornecerá material rodante e sistemas para a Linha 4.



DESTAQUES DO PERÍODO

Rodovias

LAMSA

- A partir do dia 1º de janeiro, vigorou a isenção de tarifa para motociclistas, aumentando o fluxo de motos e o risco de acidentes na via.

CRA

- A partir do dia 4 de janeiro de 2017, passou a vigorar o valor de R\$ 7,00 para a tarifa básica, que representa o aumento de 6,06%, como previsto no Contrato de Concessão do Complexo Viário e Logístico de Suape.

Mobilidade Urbana

MetrôRio

- Operação especial durante o Carnaval, totalizando cinco dias ininterruptos de funcionamento.
- No dia 25 de março de 2017, foi inaugurada a ligação direta entre as linhas 1 e 4, acabando com a necessidade do usuário fazer transferência na estação General Osório, em Ipanema. O tempo de viagem foi reduzido e o passageiro que embarcar na estação Jardim Oceânico, na Barra, chegará em 30 minutos ao Centro do Rio.

VLT

- No dia 6 de fevereiro de 2017 foi iniciada a circulação do VLT no trecho Praça XV – Saara para testes e futura operação da linha 2.

Aeroportos

GRU Airport

- Início das operações da Qatar Airways de voos cargueiros regulares, sendo realizado 2 vezes por semana.
- Continuação da obra de expansão do Duty Free no embarque do Terminal 3 (T3), passando de 1.126 m² para 1.377 m².
- Início das operações com o A380, maior aeronave comercial do mundo, com capacidade para 517 passageiros, na linha Brasil/Dubai.



INDICADORES OPERACIONAIS

RODOVIAS

Indicadores Operacionais	1T16	1T17	▲
Rodovias (MM)			
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs	75,1	57,7	-23,2%
Veículos leves	40,0	31,8	-20,5%
Veículos pesados	35,2	26,0	-26,1%
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs Comparáveis ¹	57,5	54,2	-5,8%
Veículos leves Comparáveis ¹	29,9	28,6	-4,6%
Veículos pesados Comparáveis ¹	27,6	25,7	-7,0%

(1) Exclusão dos números de LAMSAC em função de sua venda e exclusão dos números da ViaRio que teve início da arrecadação em ago/16.

O tráfego consolidado no primeiro trimestre atingiu 57,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um decréscimo de 23,2% em relação ao período anterior, influenciado principalmente pela venda da via expressa urbana LAMSAC, em Lima/Peru: redução em média de 191 mil VEPs por dia.

Para uma melhor comparação da variação dos VEPs no segmento de Rodovias, foram excluídos os números da LAMSAC e da ViaRio, dado o seu início de arrecadação em agosto de 2016. Em bases comparáveis, a variação do total de VEPs no 1T17 comparado a 1T16 foi reduzida em 5,8%, redução impactada principalmente pela retração da econômica.

MOBILIDADE URBANA

Indicadores Operacionais	1T16	1T17	▲
Mobilidade Urbana (MM)			
Passageiros Transportados	60,3	62,7	4,1%
Passageiros Pagantes	54,7	56,2	2,9%
Relação Pagantes / Transportados	0,9	0,9	-1,1%
Passageiros Comparáveis ¹			
Passageiros Transportados - Comparáveis ¹	60,3	52,2	-13,4%
Passageiros Pagantes - Comparáveis ¹	54,7	46,7	-14,5%

(1) Exclusão dos números do VLT Carioca que teve início da arrecadação em jul/16 e dos números da Concessão da Linha 4, operada pelo MetrôRio, que teve início da arrecadação em set/2016.

O segmento de Mobilidade Urbana atingiu 62,7 milhões de passageiros pagantes no 1T17, um aumento de 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este aumento ocorreu devido ao início das operações do VLT Carioca e da Linha 4.

Para uma melhor comparação da variação dos passageiros pagantes foram excluídos os números do VLT Carioca e da Linha 4. Em bases comparáveis a queda de passageiros pagantes foi de 14,5%. Essa redução deveu-se, principalmente:

- a crise econômica já instalada no país, sendo que a cidade do Rio de Janeiro deve um impacto mais perceptível após o término dos jogos olímpicos e paralímpicos.
- a finalização das obras viárias que melhorou o trânsito da cidade, reduzindo o tempo de viagem em outros modais como ônibus e carros particulares;



AEROPORTOS

Indicadores Operacionais	1T16	1T17	▲
Aeroportos			
Passageiros Total (MM)	9,6	9,4	-2,2%
Internacional	3,4	3,5	3,0%
Doméstico	6,2	5,9	-5,1%
Movimento total de Aeronaves (Mil)	70,8	65,2	-7,9%
Internacional	19,3	18,1	-6,4%
Doméstico	51,5	47,2	-8,5%
Carga Total (Mil toneladas) ¹	55,8	61,7	10,6%

O tráfego de passageiros em GRU Airport foi de 9,4 milhões no 1T17, apresentando uma redução de 2,2% em relação ao período anterior. A diminuição de 5,1% de passageiros domésticos pode ser explicada principalmente pela retração econômica. Com relação aos passageiros internacionais o aumento em 3,0% ocorreu devido, entre outros aspectos, a estabilização do câmbio.

O movimento das aeronaves também foi impactado pela retração econômica diminuindo 7,9% comparado a 1T16. As companhias aéreas reduziram a frequências dos voos e, conseqüentemente, o número de ofertas de assentos.

A movimentação de cargas, que consolida importação e exportação, sofreu acréscimo de 10,6% no 1T17 comparado ao mesmo período do ano anterior, influenciada principalmente pelo aumento nas importações no segmento automotivo e farmacêutico.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 866,3 milhões no 1T17, um crescimento de 5,1% em relação ao apurado no mesmo período de 2016.

R\$ MM	1T16	1T17	▲
Receita Líquida Ajustada ⁽¹⁾	824,4	866,3	5,1%
Receita de Rodovias	219,6	217,6	-0,9%
Receita de Mobilidade Urbana	203,3	238,5	17,3%
Receita de Aeroportos	401,5	410,3	2,2%

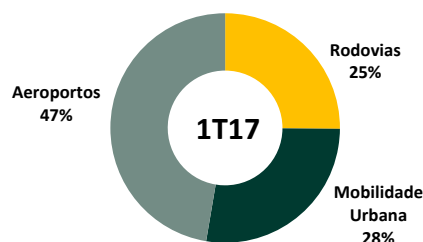
⁽¹⁾ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Os principais impactos foram:

Rodovias: queda de R\$ 2,0 milhões (-0,9%) em relação a 1T16, principalmente pela queda do fluxo de VEPs, sendo que a LAMSA teve um impacto mais significativo, devido ao não reajuste contratual tarifário.

Mobilidade Urbana: atingiu R\$ 238,5 milhões no 1T17 (+17,3%) impactado pela entrada em operação da Linha 4 em setembro de 2016. Neste segmento, o MetrôRio apura receita tarifária da concessão das Linhas 1 e 2 e a MetrôBarra apura receita da locação dos trens e sistemas utilizados na operação da Linha 4.

Composição da Receita Líquida Ajustada



Comparando os trimestres, o principal fator de aumento da receita líquida em 1T17 foi devido a locação dos Trens da Metrôbarra, aumento de R\$ 32,2 milhões em comparação com 1T16.

Aeroportos: crescimento de R\$ 8,8 milhões (+2,2%) em relação ao ano anterior, principalmente por:

- reajuste da tarifa praticada para passageiros nacionais e internacionais;
- maior tempo de permanência das aeronaves, elevando a receita de estadia, devido à redução do volume de voos; e
- a mudança no critério de cobrança dos transportes de valores (transporte de papel moeda) onde passou a ser cobrado pelo CIF (custo, seguro e frete) e não pelo peso da carga.

CUSTOS E DESPESAS

No 1T17, os Custos e Despesas Operacionais Ajustados apresentaram um aumento de 6,3% em relação ao 1T16, atingindo R\$ 703,7 milhões.

R\$ MM	1T16	1T17	▲
Custos & Despesas Operacionais	(824,0)	(779,9)	-5,3%
Pessoal	(144,2)	(158,1)	9,7%
Conservação & Manutenção	(63,3)	(59,2)	-6,4%
Operacionais	(107,2)	(98,8)	-7,8%
Outorga Variável	(46,8)	(47,1)	0,7%
Despesas Administrativas	(42,0)	(61,0)	45,4%
Custo de Construção (IFRS)	(160,2)	(70,4)	-56,0%
Provisão para Manutenção (IFRS)	(1,8)	(5,8)	218,7%
Depreciação & Amortização	(258,7)	(279,5)	8,0%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados⁽¹⁾	(662,0)	(703,7)	6,3%

⁽¹⁾ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e o Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

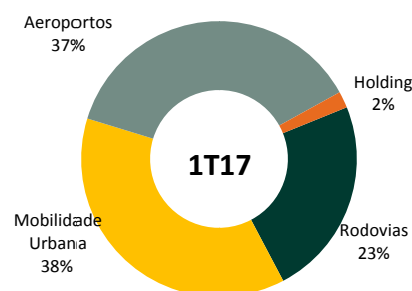
O aumento de R\$ 41,7 milhões dos custos e despesas ajustados nos números consolidados em relação ao 1T16 pode ser explicado principalmente pelo aumento da depreciação e amortização, impacto de R\$ 21 milhões. Nesta fase atual dos ativos, existe a redução dos investimentos e conseqüentemente o aumento do valor da depreciação e a redução dos custos de construção. Como pode ser notado na tabela acima, obtivemos uma redução de R\$ 21 milhões em custos operacionais, queda de 17,8%. Analisando por segmento, temos os seguintes fatores:

Rodovias: acréscimo de R\$ 11,0 milhões em relação ao ano anterior, principalmente pelo: aumento da depreciação e amortização com a ativação de novos itens.

Mobilidade Urbana: crescimento de R\$ 36,0 milhões comparado a 2016, devido:

- ao aumento em pessoal devido ao reajuste salarial, despesas com rescisões e encargos trabalhistas;
- ao aumento com despesas de conservação, manutenção e provisão para perdas referente ao contencioso, riscos tributários e processos judiciais;

Composição dos Custos e Despesas Ajustados

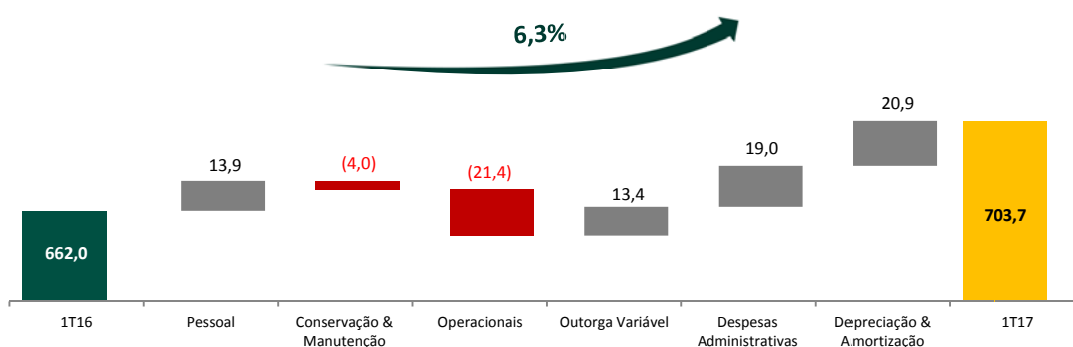


Aeroportos: decréscimo de R\$ 2,2 milhões em relação ao ano anterior, relacionado principalmente a:

- redução referente a renegociação de contrato de conservação e manutenção;
- alteração do contrato de fornecimento de energia, com redução de custos; e
- diminuição nas despesas administrativas e gastos com consultorias e pessoal.

Holding e ajustes para consolidação: aumento nos gastos de pessoal.

Varição dos Custos e Despesas no 1T17



EBITDA E MARGEM EBITDA

R\$ MM	1T16	1T17	▲
Equivalência Patrimonial	21,7	(5,5)	-125,2%
EBIT	184,7	151,9	-17,8%
(+) Depreciação & Amortização	258,7	279,5	8,0%
EBITDA ⁽¹⁾	443,5	431,4	-2,7%
Ajustes	(0,6)	5,3	-915,3%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(162,6)	(70,9)	-56,4%
(+) Custo de Construção (IFRS)	160,2	70,4	-56,0%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	1,8	5,8	218,7%
EBITDA Ajustado⁽²⁾	442,8	436,7	-1,4%
Receita Líquida Ajustada⁽²⁾	824,4	866,3	5,1%
Margem EBITDA (%) Ajustada⁽²⁾	53,7%	50,4%	-3,3 p.p.

Desconsiderando o efeito da descontinuidade da LAMSAC, PEX Peru e PEX S.A.

R\$ MM	1T16	1T17	▲
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	430,8	437,4	1,5%
Margem EBITDA (%) Ajustada⁽²⁾	52,3%	50,5%	-1,8 p.p.

⁽¹⁾ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e o Custo de Construção e à Provisão para Manutenção;

⁽²⁾ Incorporadas às eliminações relacionadas à equivalência patrimonial.

EBITDA Ajustado, desconsiderando o efeito da descontinuidade da LAMSAC, PEX Peru e PEX S.A. totalizou R\$ 437,4 milhões (+1,5%) e a margem EBITDA Ajustada atingiu 50,5% comparado ao mesmo período do ano anterior. Os principais fatores foram:

Rodovias: aumento de R\$ 6,0 milhões (+5,5%) principalmente pelo controle de custos e despesas, melhorando o resultado operacional.



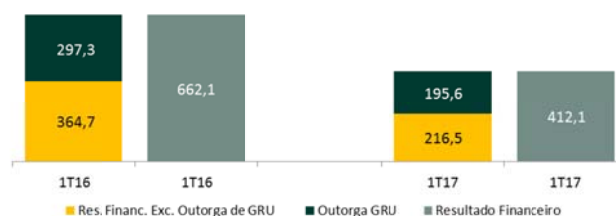
Mobilidade Urbana: decréscimo de R\$ 4,3 milhões (-5,2%) impactado principalmente pelo aumento de custos em função do início das operações da Linha 4.

Aeroportos: acréscimo de R\$ 20,6 milhões (+8,9%), devido a redução nos custos e despesas com diversos ajustes em contratos de serviços.

R\$ MM	1T16	1T17	▲	(%) Margem Ebitda 1T16	(%) Margem Ebitda 1T17	▲
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	442,8	436,7	-1,4%	53,7%	50,4%	-3,3 p.p.
Rodovias	112,4	118,4	5,4%	51,2%	54,4%	3,2 p.p.
Mobilidade Urbana	83,9	79,5	-5,2%	38,8%	33,4%	-5,4 p.p.
Aeroportos	231,8	252,4	8,9%	57,7%	61,5%	3,8 p.p.
Holding ⁽²⁾	14,8	(13,7)	-192,4%	n.m.	n.m.	n.m.

RESULTADO FINANCEIRO

A despesa financeira líquida no 1T17 totalizou R\$ 412,1 milhões representando uma redução de R\$ 250,0 milhões em relação à 1T16. Essa variação ocorreu devido aos impactos não caixa da outorga fixa em GRU Airport, atualizada pelo IPCA, e pela debênture da Invepar emitida em novembro de 2015 e liquidada parcialmente em dezembro de 2016.



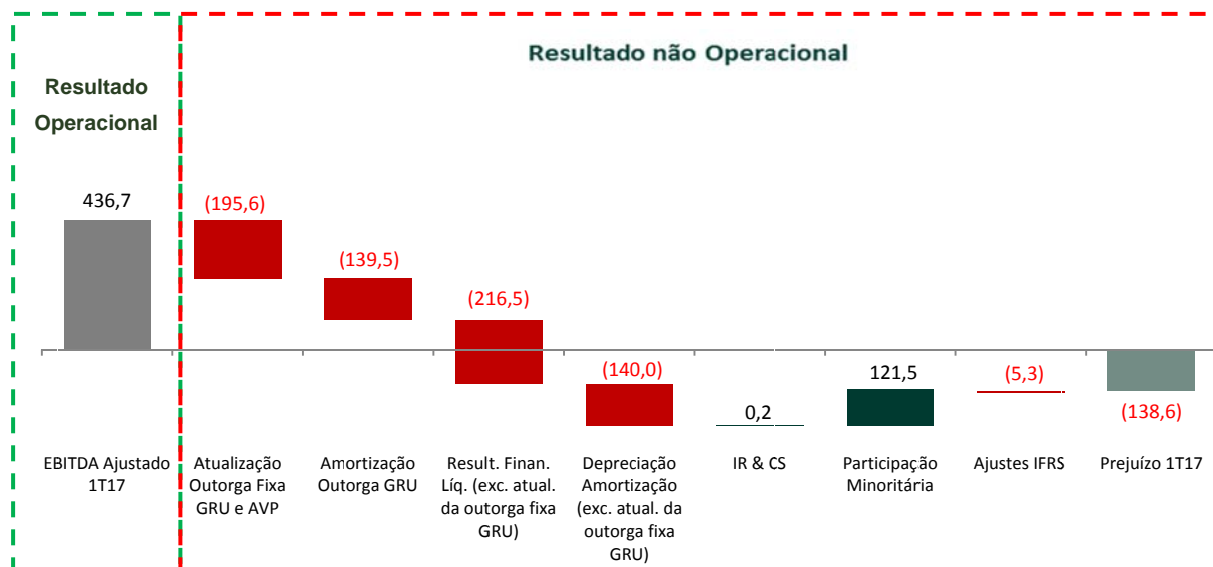
A outorga fixa de GRU Airport representou R\$ 195,6 milhões do resultado financeiro total, ou seja, 47% da despesa financeira. Da parcela restante do resultado financeiro (R\$ 216,5 milhões em 1T17 versus R\$ 364,7 milhões em 1T16), a redução no resultado líquido se deve a liquidação parcial da 3ª Emissão de Debêntures da Holding e pela queda dos índices que incidem nos juros e correção monetária de empréstimos contraídos para fazer face ao plano de investimentos das empresas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado de 1T17 foi 54,1% melhor em relação ao 1T16. Os R\$ 138,6 milhões negativos, foram impactados pela redução das despesas financeiras, principalmente devido à queda do IPCA, índice que impacta a outorga fixa de GRU, e a debênture da Invepar.



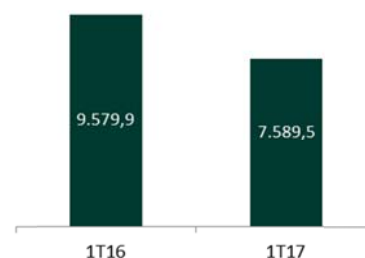
Conforme pode ser verificado no gráfico, o resultado líquido negativo foi consequência de efeitos não operacionais, alguns deles não gerando efeito caixa.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Consolidado R\$ MM	1T16	1T17	▲
Dívida Bruta	10.439,3	8.525,2	-18,3%
Curto Prazo	2.701,4	1.715,0	-36,5%
Longo Prazo	7.737,9	6.810,2	-12,0%
Disponibilidades	859,4	935,7	8,9%
Caixa e equivalentes de caixa	189,6	175,6	-7,4%
Aplicações Financeiras	669,7	760,2	13,5%
Dívida Líquida	9.579,9	7.589,5	-20,8%

Dívida Líquida



O grupo Invepar encerrou o 1T17 com saldo de caixa e aplicações financeiras no total de R\$ 935,7 milhões. A variação positiva no saldo ocorreu devido à venda da LAMSAC ocorrida em dezembro de 2016 e a respectiva entrada de recursos.

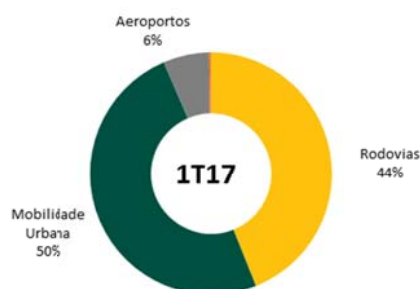
A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 8,5 bilhões no 1T17, representando uma redução de R\$ 1,9 bilhões (-18,3%) em relação ao trimestre anterior, principalmente pelo pagamento parcial da 3ª Emissão de Debêntures da Holding em função da venda de LAMSAC. O montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 80%.



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No 1T17, os investimentos totalizaram R\$ 37,7 milhões, dos quais R\$ 16,4 milhões em Rodovias, R\$ 18,3 milhões em Mobilidade Urbana, R\$ 2,3 milhões em Aeroportos e R\$ 0,1 milhão na Holding.

R\$ MM	1T17
Rodovias	16,4
LAMSA	0,3
CLN	0,1
CART	8,1
Via 040	7,9
Mobilidade Urbana	18,3
MetrôRio	8,6
Metro Barra	9,7
Aeroportos	2,3
GRU Airport	2,3
Holding	0,1
Total Investido ⁽¹⁾	37,1
Capitalização do Resultado Financeiro	26,4
Outros Efeitos Não Caixa ⁽²⁾	48,5
Margem de Construção	0,5



(1) Investimento apresentado sob a ótica de caixa, excluindo os valores da outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa para aproximar ao máximo do investimento financeiro.

(2) Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidado, impactado principalmente por: Via 040 e MetroBarra.

CART: execução de obras de duplicação e de melhorias no sistema viário.

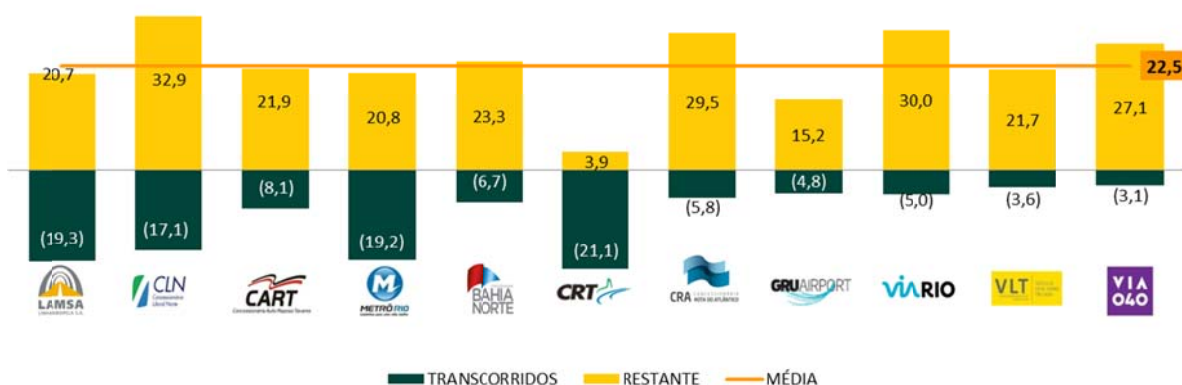
Via 040: obras recomposição e fresagem do pavimento para atender o PER.

Metro Barra: sinalização e piloto automático.

MetrôRio: adequação/desenvolvimento softwares (indicadores desempenho; ATP Frenagens).

ENTENDENDO O SETOR DE INFRAESTRUTURA

A Invepar é um grupo de infraestrutura com empresas com grande prazo remanescente de concessão e sua carteira apresenta um prazo médio de 22,5 anos em 31/03/2017. Este indicador mostra que na média as concessões da Invepar são novas, e por conta disto passaram por um período de fortes investimentos e, neste momento, estão em fase de redução dos investimentos.



Durante o período inicial de investimentos, é esperado que as Concessões apresentem resultados negativos até que se atinja a maturidade dos seus investimentos. Esse padrão é natural para o estágio inicial em que grande parte das concessões da Invepar se encontram. Este é o comportamento típico em projetos de infraestrutura, em que no início há geração de caixa negativa e com a maturidade das operações os resultados operacionais são crescentes e possuem pouca volatilidade (conhecido como curva J, onde nos anos iniciais de grandes investimentos são



esperados resultados negativos que são compensados por resultados crescentes ao longo da concessão).

EVENTOS SUBSEQUENTES

CBN

- No dia 19 de abril passou a vigorar o reajuste tarifário de R\$ 0,40, passando a tarifa para R\$ 4,40.

LAMSA

- No dia 13 de abril entrou em vigor o reajuste de R\$ 7,00 na tarifa básica. O reajuste representa a recuperação da inflação medida pelo IPCA-E nos períodos de 2015 e 2016, quando o reajuste da tarifa não foi concedido conforme preconiza o contrato de concessão.

MetrôRio

- A partir do dia 2 de abril, entrou em vigor a nova tarifa no montante de R\$ 4,30, aumento de 6,65% sobre o valor homologado no reajuste anterior, referente à variação do IGP-M.

